

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**
Período de Análise: 01 a 31 de Janeiro de 2008
Área Temática: Questão Fundiária – Movimentos Sociais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Janeiro de 2008

Índice

Disputa por assentamento deixa 14 feridos no interior de São Paulo – Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – Brasil – 01/01/2008	7
Incra apura ligação de assentados com conflito - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 02/01/2008	8
Incra descarta reintegrar famílias - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 03/01/2008	8
TCU pede regularização de assentamentos – Pablo Solano – Folha de São Paulo – Brasil – 05/01/2008	9
Pará lidera 'lista suja' feita por ministério – Estado de São Paulo – Nacional – 06/01/2008.....	10
Desatualização dos índices emperra reforma, admite ministro – Sítio Do MST – 07/01/2008	10
Em 2007, Lula tem pior ano em desapropriação de terras – Sítio Eletrônico do MST – 07/01/2008.....	11
Governo Lula precisa "criar vergonha na cara", afirma Stedile – Sítio Eletrônico do MST – 07/01/2008.....	12
Em 2007, Lula tem pior ano em desapropriação de terras – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 07/01/2008	12
Ministro Guilherme Cassel pede revisão dos índices - Sítio Eletrônico da Contag - 07/01/2008.....	14
PASSADO: PARA PT, DESAPROPRIAÇÃO ERA "INSTRUMENTO PRIORITÁRIO" À REFORMA - Folha de São Paulo – Brasil – 07/01/2008.....	14
Ministro pede revisão de índice de produtividade – Folha de São Paulo – Brasil – 07/01/2008.....	15
Governo petista precisa "criar vergonha na cara", diz Stedile – Eduardo Scolese - Folha de São Paulo – Brasil – 07/01/2008	15
Reforma agrária tem o maior recurso em 10 anos – Sítio Eletrônico do MDA - 07/01/2008.....	16
STJ derruba liminar que impedia Incra de assentar – Estado de São Paulo – Nacional – 12/01/2008.....	17

Índios bloqueiam rodovias e cobram demarcação de terras – Folha de São Paulo – Brasil – 14/01/2008	17
Nostalgia agrária - Xico Graziano – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 15/01/2008.....	18
MST invade fazenda pela nona vez no RS – Estado de São Paulo – Nacional – 15/01/2008.....	20
MST invade fazenda no RS pela nona vez desde 2004 – Folha de São Paulo – Brasil – 15/01/2008.....	20
 Segunda Quinzena	
Contag quer mais apoio para infra-estrutura nos assentamentos – Sítio Eletrônico da Contag - 17/01/2008.....	21
17/01/2008 - 09:46 - Aumento de 72% no número de trabalhadores libertados – Sítio Eletrônico da CPT – 17/01/2008.....	21
Assentados discutem práticas agroecológicas em capacitação – Sítio Eletrônico do MDA - 17/01/2008	22
Trabalho escravo: 5.877 trabalhadores libertados em 2007 – Sítio Eletrônico do MST – 17/01/2008.....	23
Preços de terras para grãos voltam a subir - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 17/01/2008	23
Assentados ganham faculdade exclusiva – Estado de São Paulo – Nacional – 20/01/2008	24
Incrá tenta conter expulsão de ribeirinhos – Estado de São Paulo – Nacional – 21/01/2008.....	25
Sem-terra invadem fazenda de Abadía no RS - Higino Barros* e Aauri Antunes Barbosa – O Globo – O País – 22/01/2008	25
Ruralistas vão ao STF contra ato de Marinho - Ana Paula Scinocca – Estado de São Paulo – Nacional – 23/01/2008	26
Invasores de terras terão direito a aposentadoria – O Globo – O País – 23/01/2008	27
INVASÃO: MST deixa fazenda – O Globo – O País – 24/01/2008.....	28
AOS 24 ANOS, MST SEGUE NA LUTA – Sítio Eletrônico do MST – 24/01/2008	28

Incra irá recadastrará terras a partir de fevereiro – Sítio Eletrônico da CPT – 25/01/2008.....	30
Terra em 36 municípios críticos será recadastrada - Ana Paula Scinocca – Estado de São Paulo – Vida & - 25/01/2008.....	31
Primo de Maggi utiliza trabalho degradante – João Carlos Magalhães e Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Brasil – 25/01/2008	32
Fazenda já tinha "problemas", diz empresário – Folha de São Paulo – Brasil – 25/01/2008.....	33
Marinho defende aposentadoria a invasor de terra – Folha de São Paulo – Brasil – 25/01/2008.....	34
Troca de comando no Incra causa manifestação em MS - João Naves – Estado de São Paulo – Nacional – 26/01/2008	34
Corrida às terras - Celso Ming – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/01/2008.....	35
No Pontal, MST faz sua primeira invasão do ano – Estado de São Paulo – Nacional – 28/01/2008.....	37
Chacina de Unaí faz quatro anos e segue sem julgamento – Folha de São Paulo – Brasil – 28/01/2008.....	37
A crise política do Fórum Social Mundial - Marie Dominique Vernhes e Peter Strotmann – Freitag – Carta Maior – 29/01/2008	37
Sem-terra voltam a fechar estradas em MS - João Naves de Oliveira e Sandro Villar – Estado de São Paulo – Nacional – 29/01/2008.....	42
Três mil sem-terra bloqueiam seis rodovias federais em MS – Folha de São Paulo – Brasil – 29/1/2008	43
PM libera rodovia ocupada por sem-terra no MS - Paulo Yafusso – O Globo – O País – 29/01/2008.....	44
Sem-terra mantêm bloqueio de rodovias – Estado de São Paulo – Nacional – 30/01/2008	44
Bloqueio pode dar prisão a sem-terra – João Naves de Oliveira – Estado de São Paulo – Nacional – 31/01/2008	45
Trabalho escravo: combate tem recorde em 2007 – O Globo – O País – 31/01/2008	46

Por que não anda a Reforma Agrária? – Phydia de Athayde e Rodrigo Martins – Sitio
Eletrônico do MST – 31/01/200847

Confronto em assentamento deixa 10 feridos - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 01/01/2008

Despejados pelo Incra por plantar cana-de-açúcar nos lotes do Bela Vista tentaram expulsar novos ocupantes

Pelo menos dez pessoas ficaram feridas durante confronto entre invasores e assentados do Assentamento Bela Vista, administrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Araraquara, a 275 quilômetros de São Paulo, no fim da tarde de domingo. De acordo com a Polícia Militar, cerca de 60 pessoas que tinham sido despejadas do assentamento pelo Incra no início do mês reuniram um grupo maior e foram até lá para expulsar aquelas que tinham sido colocadas em seus antigos lotes. Elas não se conformavam com o despejo apenas por terem plantado cana-de-açúcar nas áreas.

Os invasores disseram aos novos ocupantes que teriam de deixar os lotes imediatamente, senão os barracos seriam queimados. Houve resistência e confronto. Vários barracos, alguns com móveis e alimentos, foram incendiados. Os invasores também tombaram e atearam fogo num automóvel Corcel.

Um agricultor que resistiu foi agredido com uma paulada na cabeça. Ele e uma mulher que passou mal foram levados para um pronto-socorro da cidade. Viaturas da PM ocuparam o local, mas ninguém foi detido. Segundo a polícia, houve denúncia de furto de R\$ 600 de um assentado, que será apurada.

O tumulto só foi controlado à noite, depois que os representantes do Incra negociaram com os invasores. Ontem, o clima continuava tenso no acampamento e a PM mantinha uma viatura no local. Os novos acampados estavam assustados e alguns deixaram os lotes e se refugiaram na casa de parentes.

CANA - No início do mês, o Incra pediu na Justiça a exclusão de 12 assentados do Bela Vista, ao verificar que seus lotes estavam arrendados para plantações de cana-de-açúcar. A situação contraria o Estatuto da Terra, base da reforma agrária. A regra é que os lotes devem ser explorados pelas famílias, que devem morar neles e ter diversidade de produção para sua subsistência e geração de renda.

As vistorias do Incra no Bela Vista constataram que há cana em 80% dos 176 lotes, mas aqueles 12 tinham características de monocultura.

Mais de R\$ 1,3 milhão foi gasto em melhorias no Bela Vista, incluindo uma agroindústria de farinha de mandioca. Mesmo assim, muitos assentados preferem a cana. Isso também ocorre em outros assentamentos do interior paulista. Os assentados desistem das culturas tradicionais de subsistência e arrendam as áreas para as usinas.

No Pontal do Paranapanema, 30 famílias correm risco de perder os lotes porque arrendaram as áreas para produtores de cana e pecuaristas. Em Andradina, 40 assentados

foram considerados em situação irregular por causa da cana ou por não terem respeitado áreas de reservas. No assentamento Antonio Conselheiro, em Promissão, a cana já ocupa 30 lotes. Cerca de 20 assentados dos assentamentos Perdizes e Formiga, em Araraquara, também foram notificados. O Incra administra 85 assentamentos com 6.330 lotes no interior de São Paulo.

Disputa por assentamento deixa 14 feridos no interior de São Paulo – Marcelo Toledo
– Folha de São Paulo – Brasil – 01/01/2008

Ex-ocupantes de lotes em Araraquara expulsam assentados regularizados

Quatorze pessoas feridas, um carro incendiado, barracos queimados e a expulsão de 11 famílias de assentados. Esse foi o saldo de uma confusão ocorrida anteontem à noite no assentamento Bela Vista do Chibarro, em Araraquara.

Um grupo de ex-assentados despejados no início do mês pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) sob a acusação de ocupar irregularmente reservas legais e arrendar terras para usinas de cana-de-açúcar, resolveu voltar ao local para retomar os lotes.

Eles entraram em confronto com as famílias colocadas pelo Incra em seus lugares, o que resultou numa batalha campal com cerca de 70 pessoas, segundo a Polícia Militar. As famílias colocadas nos lotes constavam de lista de espera do Incra para a reforma agrária. No último dia 10, uma ação com policiais federais e militares despejou 11 famílias do assentamento, cumprindo reintegração de posse concedida pela Justiça ao Incra.

Na ação de anteontem, o grupo entrou por quatro pontos diferentes do assentamento e obrigou os novos assentados a deixarem o local. Dez das 11 famílias saíram, mas reagiram.

Na ação, 11 barracas foram destruídas ou incendiadas e um veículo Corcel foi destruído e atirado ao fogo pelos invasores. Alguns estavam armados com facas e paus. Ao final da confusão, a PM contou 14 pessoas feridas, todas levemente. Ninguém foi preso. Segundo o Incra, o processo de retomada dos lotes durou quatro anos e houve tentativas infrutíferas de acordo no período. O instituto informou que trabalha para manter no local as famílias retiradas.

Incra apura ligação de assentados com conflito - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 02/01/2008

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de São Paulo vai apurar a participação de beneficiários da distribuição de lotes no ataque ocorrido no Assentamento Bela Vista, em Araraquara, no último domingo. Na ocasião, um grupo que tinha sido excluído do assentamento por arrendar as terras para o cultivo de cana invadiu a área e ateou fogo aos barracos dos novos ocupantes da área. Um carro foi incendiado e pelo menos 10 pessoas ficaram feridas.

Se a participação for comprovada, eles podem ser excluídos do programa de reforma agrária e perderão os lotes, advertiu o instituto.

O Incra já pediu à Justiça a exclusão de 12 famílias, por arrendarem lotes para produtores de cana, prática proibida pelo Estatuto da Terra. De acordo com o instituto, além de prejudicar a diversidade de culturas antes mantida no assentamento, a exploração da cana se estendeu à área de reserva legal, que deveria ser preservada.

Incra descarta reintegrar famílias - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 03/01/2008

Grupo foi expulso por arrendar lotes para produtores de cana

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de São Paulo considerou ontem “fora de questão” a hipótese de reintegração das 12 famílias expulsas do Assentamento Bela Vista, em Araraquara, interior de São Paulo, por terem arrendado os lotes para produtores de cana-de-açúcar.

De acordo com o Incra, os excluídos não serão beneficiados com a cessão de lotes em outros assentamentos, pois uma norma de 2005 proíbe nova inclusão de quem já foi beneficiário do programa de reforma agrária. O instituto argumenta que, além de prejudicar a diversidade de culturas antes mantida no assentamento, a exploração de cana se estendeu à área de reserva legal, que deveria ser preservada.

As vistorias do Incra no Bela Vista constataram que há cana em 80% dos 176 lotes, mas nos 12 havia características de monocultura, por isso seus donos foram expulsos. Mais de R\$ 1,3 milhão foi gasto em melhorias no assentamento, mas mesmo assim muitos assentados preferem a cana.

INVASÃO - No domingo, o grupo de excluídos de 12 lotes liderou uma invasão do assentamento que resultou em confronto. Vários barracos e um carro foram incendiados.

Pelo menos 10 pessoas ficaram feridas. Os invasores disseram aos novos ocupantes que teriam de deixar os lotes imediatamente, senão seus barracos seriam queimados.

De acordo com uma fonte do Incra, antes de tomar qualquer medida o instituto vai aguardar a apuração da Polícia Civil sobre a eventual participação de assentados na invasão e tentativa de expulsar os novos ocupantes. Caso seja confirmada, os envolvidos também podem ser punidos administrativamente.

A área permanecia ontem sob tensão e com vigilância da Polícia Militar. O assentado Alexandre Santos Fernandes, de 31 anos, foi esfaqueado em um bar do assentamento, mas não ficou provado se a briga teve relação com o confronto.

TCU pede regularização de assentamentos – Pablo Solano – Folha de São Paulo – Brasil – 05/01/2008

Incra diz que passou a implementar novas modalidades de assentamentos com preocupação ambiental

DA AGÊNCIA FOLHA - O TCU (Tribunal de Contas da União) determinou que o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) regularize a situação de assentamentos na Amazônia sem licenciamento ambiental.

O órgão auditou 65 processos de assentamento no Amazonas, no Pará e no Acre. Descobriu que apenas um tem licença ambiental e reserva legal, uma exigência do Código Florestal.

A situação deve ser regularizada até junho, conforme a determinação do TCU. A preocupação do tribunal é com a exposição das áreas a formas de degradação ambiental, como extração de madeira.

A auditoria selecionou assentamentos instituídos a partir de 2004, ano em que o Incra assinou um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) em que se comprometia a contemplar os projetos de reforma agrária com licença ambiental.

A Procuradoria da República no Pará também acompanha a situação dos assentamentos e entrou no ano passado com ação de improbidade contra o Incra. Afirma que há 107 assentamentos irregulares no oeste do Estado e que querem discutir com o Incra um novo TAC para tratar da situação.

Segundo o TCU, os 750 mil pequenos produtores rurais da Amazônia são responsáveis por 18% do desmatamento da floresta. A necessidade das superintendências regionais do Incra de cumprir metas de assentamento fixadas pela administração central do

órgão é apontada pelo TCU como um dos motivos pela desconformidade com a legislação ambiental.

"Esse fato faz com que os superintendentes queimem etapas na criação dos projetos, especialmente as referentes aos procedimentos ambientais", aponta o relatório do ministro Aroldo Cedraz. As dificuldades são agravadas, diz o tribunal, pela escassez de servidores. Em nota, o chefe-de-gabinete da presidência do Incra, Francisco José Nascimento, disse que a "falta de licenciamento dos assentamentos remonta a três décadas e, até então, jamais foi enfrentada".

Ele disse que foi criada uma coordenação de meio ambiente, que o Incra passou a implementar novas modalidades de assentamentos com preocupação ambiental e que 1.800 servidores serão contratados. * **PABLO SOLANO**

Pará lidera 'lista suja' feita por ministério – Estado de São Paulo – Nacional – 06/01/2008

Dos 189 empregadores acusados de submeter trabalhadores a condições análogas à escravidão e constantes da lista suja do Ministério do Trabalho, 115 (60,8%) estão no Pará (46), Tocantins (36) e Maranhão (33), segundo levantamento feito em dezembro. Os três Estados também lideravam a lista divulgada em julho.

Desatualização dos índices emperra reforma, admite ministro – Sítio Do MST – 07/01/2008

Para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, as desapropriações seguirão prejudicadas enquanto o presidente Lula não atualizar os índices de produtividade. "Esse é o principal motivo. Por isso a gente está comprando mais terras, por isso a gente está forçando acordos de terras antigas, e isso encarece."

Segundo ele, "índices de produtividade adequados ao atual padrão tecnológico de produtividade" permitiriam um volume maior de áreas para desapropriação a preço de TDAs [títulos da dívida agrária], o que é mais barato. "Quando você não tem isso e tem conflito agrário, a alternativa é comprar", afirmou Cassel, em reportagem publicada no jornal Folha de S. Paulo nesta segunda-feira (07/01).

A discussão sobre a atualização dos índices vem desde 2004. Na época, ao sinal de mudanças, os ruralistas, liderados pelo então ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, pressionaram Lula.

"A avaliação do presidente é que tem de encontrar um momento político oportuno para isso. A gente teve um ano de 2007 bastante conturbado."

Ainda sobre o volume desapropriado, Cassel citou a greve do Incra e lembrou a demora para definir os ministros do segundo mandato.

Em 2007, Lula tem pior ano em desapropriação de terras – Sítio Eletrônico do MST – 07/01/2008

Enquanto mantém na gaveta do Planalto a proposta de atualização dos índices de produtividade (utilizados na avaliação de uma área que pode ser desapropriada), o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o pior ano em desapropriações de terra para a reforma agrária em 2007. A reportagem é de Eduardo Scolese e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo nesta segunda-feira (07/01)

Os 204,5 mil hectares desapropriados por Lula no ano passado, área suficiente para assentar cerca de 6.000 famílias, representam pouco menos de um terço da média anual de 682,5 mil hectares do primeiro mandato (2003-2006).

Até então, o pior resultado da gestão petista havia sido em 2003 (404,7 mil). O volume de 2007, se comparado com 2006 (538,6 mil), representou uma queda de 62%, segundo decretos de desapropriação publicados no "Diário Oficial" da União e tabulados pela Folha.

Esse baixo volume de terras desapropriadas contribuiu para que o governo petista, assim como ocorrera em 2003, 2004 e 2006, mais uma vez não atingisse a meta anual de famílias assentadas.

Segundo a Folha apurou, o número fechado pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ficou em 67 mil famílias, ante uma meta de 100 mil.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) não se surpreende com o desempenho do governo. "É uma vergonha. Já tínhamos alertado o governo sobre a ineficácia e a morosidade", afirma João Pedro Stedile, da direção nacional do movimento.

O volume de 2007 ficou abaixo também da média de 465,7 mil hectares desapropriados nos três últimos anos da gestão tucana de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Entre janeiro e dezembro de 2007, foram desapropriados cem imóveis rurais, contra 311 em 2006, 395 em 2005, 389 em 2004 e 190 em 2003.

O resultado do ano passado também traz um agravante para o estoque de terras de 2008. Como um processo de assentamento pode ultrapassar os seis meses, é comum o governo concluir o assentamento das famílias somente no ano seguinte à publicação do decreto de desapropriação. A desapropriação é o instrumento clássico da reforma agrária, defendido pelos sem-terra como a única forma de punir o latifúndio improdutivo.

Esse procedimento tem perdido espaço no governo petista, ironicamente aliado histórico de movimentos como o MST. Um dos motivos está no fato de Lula, que um dia prometeu fazer a reforma agrária na base da "canetada", manter engavetada, sob pressão dos ruralistas, a proposta que atualiza os índices de produtividade.

Com a atualização dos índices (os números usados hoje são baseados no censo agropecuário de 1975), cresceria a quantidade de imóveis rurais considerados improdutivos e, como consequência, avançaria também o volume de hectares desapropriados, em especial no Sul e no Sudeste.

"A não revisão dos índices de produtividade limita muito a capacidade do Incra de desapropriar terras", diz o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário). Outros fatores também contribuíram para o resultado de 2007. Cassel, por exemplo, foi o último ministro a ser confirmado por Lula no primeiro escalão do segundo mandato do presidente petista.

O clima de incerteza e de inoperância prosseguiu nos meses seguintes, com as disputas dos partidos da base aliada pelos comandos das superintendências regionais do Incra. Soma-se a isso a greve dos 5.000 servidores do órgão, ocorrida entre maio e agosto.

Governo Lula precisa "criar vergonha na cara", afirma Stedile – Sítio Eletrônico do MST – 07/01/2008

O integrante da direção nacional do MST João Pedro Stedile disse que, em 2008, o governo Lula precisa criar "vergonha na cara" e cumprir suas promessas de campanha eleitoral.

Segundo ele, há uma clara disputa entre os agricultores familiares e o agronegócio, este motivado pelo incentivo oficial à produção de biocombustíveis. "Infelizmente a maioria do governo está priorizando o agronegócio."

"Que o governo como um todo crie vergonha na cara e cumpra com seus compromissos históricos de adotar políticas que democratizem a propriedade da terra", afirmou João Pedro, em reportagem publicada na jornal Folha de S. Paulo nesta segunda-feira (07/01).

"Que o governo honre com suas promessas do programa de governo de 2002, de priorizar a agricultura familiar e a reforma agrária, caso contrário os problemas sociais só aumentarão e, algum dia, explodirão", completou.

"O resultado não nos surpreende. É uma vergonha. Já tínhamos alertado o governo sobre a ineficácia e a morosidade. Estamos com mais de 150 mil famílias acampadas na beira das estradas. Esperando. Algumas estão desde o primeiro ano do governo", disse Stedile.

Em 2007, Lula tem pior ano em desapropriação de terras – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 07/01/2008

Os 204,5 mil hectares representam quase um terço da média anual do 1º mandato -Governo de petista não atinge mais uma vez a meta de assentamentos; para ministro, capacidade do Incra para agir é limitada

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - Enquanto mantém na gaveta do Planalto a proposta de atualização dos índices de produtividade (utilizados por técnicos do Incra na avaliação de uma área que pode ser desapropriada), o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve em 2007, disparado, o pior ano em desapropriações de terra para a reforma agrária.

Os 204,5 mil hectares desapropriados por Lula no ano passado, área suficiente para assentar cerca de 6.000 famílias, representam pouco menos de um terço da média anual de 682,5 mil hectares do primeiro mandato (2003-2006).

Até então, o pior resultado da gestão petista havia sido em 2003 (404,7 mil). O volume de 2007, se comparado com 2006 (538,6 mil), representou uma queda de 62%, segundo decretos de desapropriação publicados no "Diário Oficial" da União e tabulados pela Folha.

Esse baixo volume de terras desapropriadas contribuiu para que o governo petista, assim como ocorrera em 2003, 2004 e 2006, mais uma vez não atingisse a meta anual de famílias assentadas.

Segundo a Folha apurou, o número fechado pelo Inca (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ficou em 67 mil famílias, ante uma meta de 100 mil.

MST - Para o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), esse desempenho do governo não surpreende. "É uma vergonha. Já tínhamos alertado o governo sobre a ineficácia e a morosidade", afirma João Pedro Stedile, da direção nacional do movimento.

O volume de 2007 ficou abaixo também da média de 465,7 mil hectares desapropriados nos três últimos anos da gestão tucana de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Entre janeiro e dezembro de 2007, foram desapropriados cem imóveis rurais, contra 311 em 2006, 395 em 2005, 389 em 2004 e 190 em 2003.

O resultado do ano passado também traz um agravante para o estoque de terras de 2008. Como um processo de assentamento pode ultrapassar os seis meses, é comum o governo concluir o assentamento das famílias somente no ano seguinte à publicação do decreto de desapropriação.

A desapropriação é o instrumento clássico da reforma agrária, defendido pelos sem-terra como a única forma de punir o latifúndio improdutivo.

Esse procedimento tem perdido espaço no governo petista, ironicamente aliado histórico de movimentos como o MST. Um dos motivos está no fato de Lula, que um dia prometeu fazer a reforma agrária na base da "canetada", manter engavetada, sob pressão dos ruralistas, a proposta que atualiza os índices de produtividade.

Com a atualização dos índices (os números usados hoje são baseados no censo agropecuário de 1975), crescerá a quantidade de imóveis rurais considerados improdutivos e, como consequência, avançará também o volume de hectares desapropriados, em especial no Sul e no Sudeste.

"A não revisão dos índices de produtividade limita muito a capacidade do Inca de desapropriar terras", diz o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário). Outros fatores também contribuíram para o resultado de 2007. Cassel, por exemplo, foi o último

ministro a ser confirmado por Lula no primeiro escalão do segundo mandato do presidente petista.

O clima de incerteza e de inoperância prosseguiu nos meses seguintes, com as disputas dos partidos da base aliada pelos comandos das superintendências regionais do Incra. Soma-se a isso a greve dos 5.000 servidores do órgão, ocorrida entre maio e agosto. *
EDUARDO SCOLESE

Ministro Guilherme Cassel pede revisão dos índices - Sítio Eletrônico da Contag - 07/01/2008

Para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, as desapropriações seguirão prejudicadas enquanto o presidente Lula não atualizar os índices de produtividade. "Esse é o principal motivo. Por isso a gente está comprando mais terras, por isso a gente está forçando acordos de terras antigas, e isso encarece."

Segundo ele, "índices de produtividade adequados ao atual padrão tecnológico de produtividade" permitiriam um volume maior de áreas para desapropriação a preço de TDAs [títulos da dívida agrária], o que é mais barato. "Quando você não tem isso e tem conflito agrário, a alternativa é comprar."

A discussão sobre a atualização dos índices vem desde 2004. Na época, ao sinal de mudanças, os ruralistas, liderados pelo então ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, pressionaram Lula. "A avaliação do presidente é que tem de encontrar um momento político oportuno para isso. A gente teve um ano de 2007 bastante conturbado." ***Fonte:** Folha de S. Paulo

PASSADO: PARA PT, DESAPROPRIAÇÃO ERA "INSTRUMENTO PRIORITÁRIO" À REFORMA - Folha de São Paulo – Brasil – 07/01/2008

A desapropriação para fins de reforma agrária já foi apontada como "principal" pelo governo. "A centralidade está no instrumento de desapropriação (...) que, entretanto, deverá se combinar com outros instrumentos disponíveis, como é caso da arrecadação de terras públicas e devolutas, da aquisição por meio do decreto 433 [compra e venda], da regularização fundiária e do crédito fundiário", diz trecho do Plano Nacional de Reforma Agrária, de novembro de 2003.

Ministro pede revisão de índice de produtividade – Folha de São Paulo – Brasil – 07/01/2008

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - Para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, as desapropriações seguirão prejudicadas enquanto o presidente Lula não atualizar os índices de produtividade. "Esse é o principal motivo. Por isso a gente está comprando mais terras, por isso a gente está forçando acordos de terras antigas, e isso encarece."

Segundo ele, "índices de produtividade adequados ao atual padrão tecnológico de produtividade" permitiriam um volume maior de áreas para desapropriação a preço de TDAs [títulos da dívida agrária], o que é mais barato. "Quando você não tem isso e tem conflito agrário, a alternativa é comprar."

A discussão sobre a atualização dos índices vem desde 2004. Na época, ao sinal de mudanças, os ruralistas, liderados pelo então ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, pressionaram Lula.

"A avaliação do presidente é que tem de encontrar um momento político oportuno para isso. A gente teve um ano de 2007 bastante conturbado."

Ainda sobre o volume desapropriado, Cassel citou a greve do Incra e lembrou a demora para definir os ministros do segundo mandato.

Governo petista precisa "criar vergonha na cara", diz Stedile – Eduardo Scolese - Folha de São Paulo – Brasil – 07/01/2008

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O economista e diretor nacional do MST João Pedro Stedile disse à Folha que, em 2008, o governo Lula deveria criar "vergonha na cara" e cumprir suas promessas de campanha eleitoral.

"Que o governo como um todo crie vergonha na cara e cumpra com seus compromissos históricos de adotar políticas que democratizem a propriedade da terra", afirmou.

"Que o governo honre com suas promessas do programa de governo de 2002, de priorizar a agricultura familiar e a reforma agrária, caso contrário os problemas sociais só aumentarão e, algum dia, explodirão", completou.

O MST apoiou a eleição de Lula em 2002, fez campanha no segundo turno de 2006 e saiu às ruas para defendê-lo em meio à crise do mensalão, em 2005. Agora, diante das desapropriações de 2007, admite não ter sido surpreendido.

"Esse resultado não nos surpreende. É uma vergonha. Já tínhamos alertado o governo sobre a ineficácia e a morosidade. Estamos com mais de 150 mil famílias acampadas na beira das estradas. Esperando. Algumas estão desde o primeiro ano do governo", disse Stedile.

Segundo ele, há uma clara disputa entre os agricultores familiares e o agronegócio, este motivado pelo incentivo oficial à produção de biocombustíveis. "Infelizmente a maioria do governo está priorizando o agronegócio." (ES)

Reforma agrária tem o maior recurso em 10 anos – Sítio Eletrônico do MDA - 07/01/2008

O ano de 2007 foi marcado pelo maior investimento em reforma agrária feito nos últimos 10 anos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com um total de R\$ 4,016 bilhões. Os dados do MDA/Incra ainda são preliminares, mas apontam o acréscimo nos investimentos em qualificação dos assentamentos – com R\$ 988 milhões destinados ao crédito de apoio inicial e fomento e mais R\$ 241 milhões para obras de infra-estrutura.

O balanço das ações do MDA/Incra está em fase de final de elaboração, mas dados iniciais da Ouvidoria Agrária Nacional, órgão do MDA, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) confirmam importante redução dos conflitos agrários. É importante afirmar, ainda, que o Ministério voltou-se especialmente a assentamentos em áreas de conflitos históricos e emblemáticas. Essa estratégia de solução definitiva de conflitos atende, em especial, as regiões Centro-Oeste e Sudeste.

“Em 2007, dissemos que íamos equilibrar o número de famílias assentadas com a qualificação dos assentamentos. O fundamental é garantir que os assentamentos sejam espaços de produção, geração de trabalho e renda. E estamos cumprindo isso o que prometemos fazer. Queremos substituir conflito pela produção de alimentos”, ressalta o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

A obtenção de terras para a reforma agrária – seja por desapropriação, por compra e venda ou outras formas – aumentou de R\$ 1,372 bilhão (em 2006) para R\$ 1,399 bilhão (em 2007). Esse é também considerado o maior valor em obtenção nos últimos 10 anos.

Aos decretos de desapropriação de terras para a reforma agrária já assinados em 2007 pelo presidente da República serão acrescentados outros 166 mil hectares (de 71 imóveis rurais espalhados por todo o País), cujos processos foram finalizados em dezembro.

A qualificação da reforma agrária – que avança conjuntamente à da agricultura familiar pelo MDA – envolveu esforços em levar assistência técnica ao maior número de assentados, em propiciar estrutura para a agregação de valor e aumento da produtividade no campo, em possibilitar o acesso à energia elétrica e a saneamento básico ao maior número de famílias assentadas, construção e recuperação de estradas.

O MDA é o terceiro Ministério que efetivamente mais desembolsou recursos para investimentos em 2007. O aumento dos investimentos em reforma agrária ocorreu apesar do impacto de alguns fatores adversos, como a greve de três meses de servidores do Incra. Para sustentar essa expansão dos investimentos, o Incra contratou desde 2003 mais de 1,8

mil servidores em concurso, suprimindo lacunas históricas e como forma de qualificar a estrutura da reforma agrária no País. Essa será a base para uma execução de ações ainda maior em 2008.

STJ derruba liminar que impedia Incra de assentar – Estado de São Paulo – Nacional – 12/01/2008

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Raphael Barros Monteiro Filho, suspendeu anteontem a liminar que proibia o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de assentar novas famílias na Fazenda Santa Helena, em São Carlos (SP). Com isso, o órgão pode retomar o processo com as famílias cadastradas.

Além disso, 19 famílias que já ocupam a fazenda poderão permanecer no local. “Uma retirada poderia deflagrar conflito social e ameaçar a segurança pública”, afirmou o ministro do STJ.

A decisão vale pelo menos até o julgamento de uma ação que pede a desocupação de quatro propriedades rurais da região - Fazenda Batalha, Fazenda Santa Clara, Estância Santa Cecília e Sítio Santa Helena. O órgão havia sido proibido de assentar novas famílias pelo juiz federal da 2ª Vara de São Carlos e recorreu ao STJ.

De acordo com o instituto, além de resultar em grave conflito social, a retirada das famílias poderia causar também dano aos cofres públicos: a desocupação da Santa Helena faria com que investimentos de cerca de R\$ 625 mil fossem perdidos.

Índios bloqueiam rodovias e cobram demarcação de terras – Folha de São Paulo – Brasil – 14/01/2008

DA AGÊNCIA FOLHA - Índios da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, bloquearam anteontem a interligação das BRs 401 e 433, no município de Normandia (161 km de Boa Vista). Um índio foi preso durante o ato sob acusação de ter ferido um policial com uma flechada. Segundo Tarcísio Melo, da Polícia Rodoviária Federal, foi mais um protesto pelo cumprimento da demarcação da reserva, feita em 2005. Ele disse que dois carros do Conselho Indígena de Roraima estavam no local apoiando a manifestação. A ONG é contra a permanência de não-índios na reserva.

Nenhum representante do CIR foi localizado ontem para comentar o caso.

Confusão na reforma agrária. Confronto entre assentados deixa 14 feridos, barracos destruídos e carros incendiados. Um corre-corre danado, culpa, pasmem, da cana-de-açúcar. A inusitada briga mostra os descaminhos da questão agrária brasileira.

Aconteceu em Araraquara, no interior de São Paulo, no último domingo do ano passado. O Assentamento Bela Vista, palco da triste querela, vem dos anos 80, implantado pelo Incra em antiga fazenda de usineiros falidos. Terra extensa e boa, infra-estrutura e benfeitorias à vontade, o projeto de reforma agrária, embora caro, nasceu para dar certo.

Mesmo assim, capengou durante anos. Tornou-se palco de constantes disputas entre grupos rivais, ligados às organizações políticas que dizem cuidar dos sem-terra. Nada novo. Diferente, mesmo, era a vontade dos assentados de plantarem cana-de-açúcar, para venderem ali perto. Qual o problema?

Ocorre que, no velho paradigma ideológico que domina a questão agrária, é um verdadeiro sacrilégio ver assentado produzindo gêneros “de exportação”. Isso é comércio de fazendeiro rico. Obrigação de pobre é plantar alimento básico, para matar a fome do povo.

Parece mentira, mas é verdade. A regulamentação da atividade produtiva nos assentamentos de reforma agrária do País proíbe, em certo sentido, o sem-terra de progredir. As normativas técnicas restringem a agricultura comercial, impedindo a especialização do trabalho. Sem-terra não pode gostar de agronegócio.

Vem das origens essa esdrúxula deformação conceitual. O processo da reforma agrária foi concebido, há 50 anos, como uma forma de quebrar a hegemonia do latifúndio, seja açucareiro, cafeeiro ou cacauero. A esquerda, dominada então pelos comunistas, criticava o “modelo exportador” da economia, defendendo o desenvolvimento “nacional”. Nesse contexto, a divisão da terra deveria servir ao mercado interno, tese que ganhava simpatia entre os trabalhadores urbanos. A revolução socialista se faria com a aliança operário-camponesa. Puro sonho.

Mais tarde, a birra, agora já comandada pelos neo-revolucionários do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), avançou contra as grandes fazendas de pecuária. E depois contra as plantações de soja. A idéia básica permaneceu a mesma: assentado que se preze deve produzir a subsistência, roça diversificada, um pouco de tudo, arroz com feijão, milho para a galinha caipira, uma horta, o porco na lavagem, leite na teta da vaca... Nostalgia rural.

Escudando-se nessa tese, as autoridades do Incra deram a ordem de despejo para 12 famílias, entre os 176 assentados em Araraquara. Desobedientes, elas se haviam especializado na produção de cana-de-açúcar. Pelas recomendações oficiais, apenas metade da terra, no máximo, poderia receber o doce plantio do açúcar.

A situação não é específica do conflituoso Assentamento Bela Vista. Vários outros projetos de reforma agrária apresentam casos semelhantes. O problema nem é restrito às áreas de reforma agrária. O plantio de cana-de-açúcar oferece boa rentabilidade e atrai os pequenos agricultores em geral. Afinal, embora modestos, eles também desejam ganhar dinheiro, trocar de carro, que os filhos estudem. Enfim, progredir na vida.

Pense bem. Qual o objetivo último da reforma agrária? Tornar, simplesmente, o sem-terra um agricultor para que padeça as agruras da terra ou, mais além, garantir-lhe condições dignas de existência? Ora, na economia de mercado importa a renda, não a terra. Impedir o assentado de buscar rentabilidade, atrás da cana-de-açúcar ou de qualquer outra atividade, é defender o atraso.

Quem comunga esse pensamento obscurantista, que obriga a reforma agrária a cuidar da subsistência básica, deveria ele próprio pegar na enxada e plantar um palmo de roça. Arregaçar a camisa e cultivar no sol. Os urbanóides, a começar de certas lideranças políticas dos sem-terra, formulam regras sem conhecimento realista, nem prático, do assunto.

No passado, época do Brasil rural, as fazendas e os sítios eram auto-suficientes. Produzia-se o gostoso pão-nosso-de-cada-dia. A economia monetária estava incipiente. Mas, aos poucos, tudo mudou. As pessoas se mudaram para a cidade e a roça de subsistência acabou trocada pela gôndola do supermercado. Agricultor nenhum planta mais arroz e feijão para comer, prefere comprar. Chega melhor, e mais barato, ao almoço.

Com a modernização da agropecuária, seguindo a tendência da economia geral, forçou-se a especialização do trabalho. E, sabidamente, a escala de produção interfere nos custos. Dessa forma, manter uma roça de subsistência, para aliviar o orçamento doméstico, funciona quando existir trabalho ocioso na propriedade rural. Fora disso, não faz sentido.

Proibir que os assentados de reforma agrária se dediquem àquilo que mais dá dinheiro, obrigando-os a produzir alimentos básicos, representa um grande equívoco, burrice das grossas. Pior, condena o (ex)sem-terra à vida miserável, um autoritarismo disfarçado.

O projeto de assentamento da Bela Vista já tem 20 anos. Mas os novos agricultores continuam subordinados. Nunca se pensou em emancipá-los, oferecendo-lhes os devidos títulos de propriedade. A reforma agrária brasileira continua via única de entrada, sem saída. Sem-terra se eternizam. Nunca se livram do mando, seja do governo, seja das organizações que os manipulam eternamente.

Aqui está o xis da questão. O problema não reside na plantação da cana-de-açúcar, mas, sim, no cultivo da dependência humana.

*** Xico Graziano, agrônomo, é secretário do Meio Ambiente do Estado de São**

MST invade fazenda pela nona vez no RS – Estado de São Paulo – Nacional – 15/01/2008

Cerca de 1.500 integrantes do MST ocuparam ontem cedo a Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul (RS). A invasão, a nona desde 2004, durou três horas: os sem-terra deixaram o local às 9 horas. O movimento exige a desapropriação da fazenda e o assentamento de mil famílias no Estado. No ano passado, a Ouvidoria Agrária Nacional avisou que a área é considerada produtiva e não pode ser desapropriada. Representantes dos donos fizeram ocorrência policial, acusando os sem-terra de depredação e roubo. O MST nega a acusação.

MST invade fazenda no RS pela nona vez desde 2004 – Folha de São Paulo – Brasil – 15/01/2008

DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE - Integrantes do MST invadiram ontem, pela nona vez desde 2004, a fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul (315 km de Porto Alegre).

A invasão ocorreu por volta das 7h. Cerca de 300 sem-terra, segundo o MST, deixaram o local por volta das 10h, antes que a Brigada Militar conseguisse reunir policiais suficientes para expulsá-los.

Mauro Cibuski, dirigente do MST, disse que a invasão foi um "ato simbólico" devido ao Incra, diz, não ter assentado nenhuma família no Estado desde novembro. Os sem-terra picharam a fachada de um galpão com frases reclamando assentamento.

Em setembro, o MST fez uma marcha à fazenda para pressionar o governo pela desapropriação de terras. Encerrou o protesto após negociar com o Incra o assentamento de 2.000 famílias, em abril e dezembro deste ano.

A fazenda, de 7.000 hectares, é da família Guerra e foi considerada produtiva pelo governo, apesar de o MST dizer que ela é improdutivo.

O Incra no Estado, que diz ter orçamento para os assentamentos, afirma que abriu edital para comprar terras.

Contag quer mais apoio para infra-estrutura nos assentamentos – Sítio Eletrônico da Contag - 17/01/2008

O secretário de Política Agrária e Meio Ambiente da Contag, Paulo Caralo, participou na última terça-feira (15) de reunião na sede do Incra, em Brasília. A discussão foi sobre como garantir melhores condições de infra-estrutura e assistência técnica para assentados e assentadas da reforma agrária iniciarem seus projetos produtivos.

Atualmente, logo após a receber a imissão de posse de uma propriedade, os agricultores já estão aptos a tomar os recursos do Pronaf junto aos bancos. "Nossa reivindicação é que haja um apoio específico do governo federal entre a imissão de posse e o acesso ao Pronaf. Assentamentos por todo o País hoje carecem de infra-estrutura, energia, estradas e condições para que a produção se torne sustentável", afirma Caralo.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) acenou com uma proposta de R\$ 2,4 mil para cada família assentada. A Contag, no entanto, acha pouco. "Nossa reivindicação é de pelo menos R\$ 4 mil por família, e que esse valor possa ser acessado também no segundo ano após o assentamento. Em apenas um ano, dificilmente o empreendimento terá reunido as condições necessárias se desenvolver adequadamente", explica o diretor da Contag.

Segundo Caralo, o crédito deve vir acompanhado também de um trabalho específico de assistência técnica e orientação para a produção. "Hoje o agricultor pode acessar linhas do Pronaf para investir em infra-estrutura, mas a dificuldade em quitar as dívidas depois é grande. Se o governo se comprometer com esse auxílio, estará dando um grande passo para o sucesso dos empreendimentos familiares e a permanência dessas famílias no campo".

Incra e MDA vão avaliar a proposta do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (MSTTR) e um novo encontro será agendado para discutir o assunto.
*Pedro Henrique Barreto

17/01/2008 - 09:46 - Aumento de 72% no número de trabalhadores libertados – Sítio Eletrônico da CPT – 17/01/2008

Em 2007, o grupo de fiscalização móvel do Ministério do Trabalho e Emprego aumentou em 72% o número de trabalhadores libertados da condição de escravidão em fazendas brasileiras. O resultado das 110 operações realizadas foram 5.877 pessoas encontradas em situação degradante e libertadas pelos fiscais. A operação realizada na fazenda Pagrisa, no Pará, que libertou 1.064 trabalhadores, contribuiu para que o estado ficasse no primeiro lugar da lista, somando o total de 1.947 pessoas libertadas. Em segundo lugar ficou Mato Grosso do Sul, com 1.634 trabalhadores e em terceiro, Goiás, com 644. Desde 1995, o grupo de fiscalização móvel já libertou 27.645 trabalhadores em condições de trabalho análogas à de escravidão.

Assentados discutem práticas agroecológicas em capacitação – Sítio Eletrônico do MDA - 17/01/2008

O II Encontro de Capacitação Sócio-Ambiental para Assentamentos Rurais no estado de São Paulo reúne agricultores e técnicos de assentamentos, desde quarta-feira (16), até sexta-feira (18), em Itapeva, para finalizar o projeto “Capacitação sócio-ambiental para construção de projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais no estado de São Paulo”.

A Superintendência Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no estado e a Embrapa Meio Ambiente, responsável pela coordenação, iniciaram o projeto em setembro de 2005, com a participação de 600 pessoas, entre agricultores assentados e técnicos. Os principais temas desenvolvidos foram a valorização da agrobiodiversidade e o uso de Sistemas Agroflorestais (SAFs).

Ao longo deste período, foram realizados diversos cursos de capacitação, Dias de Campo, Visitas a Experiências e a Implantação de duas Unidades de Observação Participativa (UOPs). Também foram abordados temas relacionados à melhoria no processamento de produtos, em particular a banana e a mandioca, visando maior agregação de valor à produção dos assentamentos.

Além do Incra, são parceiros do projeto a Cooperativa de Assentados e Pequenos Produtores da Região de Itapeva (Coapri), a Associação Agrosepé, a ONG Mutirão Agroflorestal, a Universidade Estadual Paulista (Campus Botucatu) e a Universidade de São Paulo (Campus Piracicaba).

O Encontro

O evento é realizado na Escola de Agroecologia/Coapri, com o objetivo de proporcionar espaço para avaliação dos resultados alcançados no projeto, troca de experiências e discussões a respeito das possibilidades de continuidade das ações em parceria. Outras metas dos organizadores são a consolidação e o avanço da capacitação socioambiental e das práticas agroecológicas nos assentamentos.

O pesquisador da Embrapa, Luiz Octávio Ramos Filho, organizador do evento em conjunto com João Carlos Canuto, diz que este encontro marca o final de uma etapa. “Iniciamos um processo participativo de capacitação junto aos agricultores assentados nas regiões de Ribeirão Preto, Itapeva, Pontal do Paranapanema e Vale do Ribeira. O objetivo foi formar agentes multiplicadores para desenvolver ou adaptar sistemas de produção sustentáveis”, afirma Ramos Filho.

Durante os três dias do encontro, os participantes realizam visitas a campo, nas unidades de observação em sistemas agroflorestais, à uma mini-usina de leite e em uma unidade de processamento de mel e de esmagamento de biodiesel. Vão participar, ainda, de debates sobre expansão das experiências agroecológicas e de uso de SAFs, perspectivas de continuidade e novas demandas regionais.

Trabalho escravo: 5.877 trabalhadores libertados em 2007 – Sítio Eletrônico do MST – 17/01/2008

O número de trabalhadores libertados de situação análoga à escravidão pelo grupo móvel de fiscalização do governo federal alcançou 5.877 trabalhadores em 2007, de acordo com informações divulgadas nesta quarta-feira (16) pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Trata-se do maior número de pessoas libertadas desde 1995, quando esse tipo específico de fiscalização iniciou suas atividades.

Os pagamentos de direitos devidos aos trabalhadores (R\$ 9,8 milhões) e o total de autos de infração lavrados (3.075) em 2007 também superaram as marcas dos anos anteriores.

O recorde de 110 operações realizadas em 2007 foi atingido mesmo com as mais de três semanas de paralisação do grupo móvel durante o ano. Nesse período, a Secretaria de Inspeção de Trabalho (SIT) do MTE decidiu suspender as atividades em decorrência de pressão exercida por uma comissão formada por senadores ruralistas, que tentou deslegitimar uma ação do grupo móvel realizada no final de junho na fazenda e usina Pagrisa.

No ano passado, 197 fazendas foram fiscalizadas em 2007. Levantamento parcial da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de 28 de dezembro de 2007 confirma as proporções apresentadas pelo MTE. De acordo com a CPT, foram libertados em 5.467 trabalhadores em 2007.

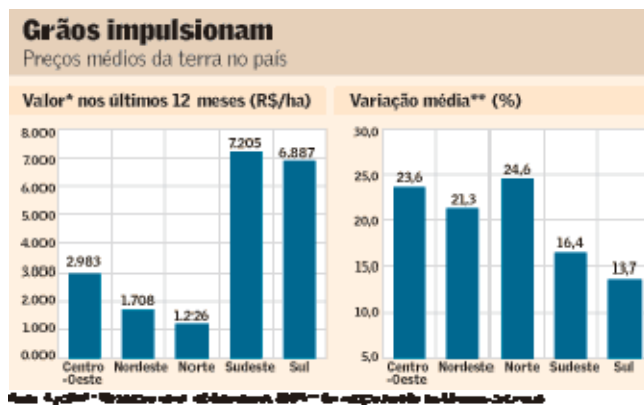
Segundo a CPT, porém, houve um recuo no volume de denúncias de trabalho escravo, que são as principais referências para o planejamento de operações do grupo móvel. Em 2007, houve 254 denúncias, enquanto que em 2003 foram 265 e, em 2005, 275.

Preços de terras para grãos voltam a subir - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 17/01/2008

Os preços das terras para plantio de grãos voltaram a subir no país, impulsionados pela recuperação das cotações das commodities no mercado internacional. Na contramão, as terras destinadas à cana-de-açúcar registram estagnação e até mesmo queda em algumas regiões de São Paulo e Triângulo Mineiro, de acordo com levantamento da AgraFNP.

O relatório da consultoria ressalta que o movimento de recuperação dos preços de terras teve início no segundo semestre de 2006 e se intensificou durante todo o ano passado. O último levantamento, realizado entre novembro e dezembro de 2007, mostra valorização média no país de 17,83% em relação aos últimos 12 meses. No Brasil, as cotações médias passaram de R\$ 3.276 por hectare para R\$ 3.860.

Segundo Jacqueline Bierhals, analista de commodities e terras da consultoria, a recuperação dos grãos e a maior produção agrícola ajudaram a valorizar os preços das terras. "Houve uma recuperação geral no país por conta dos grãos. No Sul do Brasil, em regiões tradicionais agrícolas, como o norte do Paraná, algumas áreas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os aumentos foram mais expressivos", disse.



A valorização de terras destinadas ao cultivo de grãos começa a se consolidar, uma vez que boa parte dessas propriedades são indexadas em sacas de soja. Outro fator de sustentação para os preços é a entrada de fundos de investimento no mercado de terras. Esses grupos, sobretudo os estrangeiros, procuram investir em regiões de fronteira, que ainda têm potencial de valorização. Eles compram terras a preços baixos com a intenção de negociá-las na alta. Segundo a AgraFNP, as regiões mais procuradas por esses fundos são o Mato Grosso, oeste baiano e a área conhecida como Mapito (Maranhão, Piauí e Tocantins).

Com forte procura nos últimos anos, por conta dos novos projetos de usinas de álcool no país, as cotações de terras para cana começam a perder força, por conta dos baixos preços pagos aos produtores. O excesso de oferta de matéria-prima no mercado interno também pressiona as cotações. O relatório da AgraFNP lembra que muitos projetos novos foram adiados, reduzindo a procura por propriedades. "Acredito que seja uma situação temporária, no caso da cana. As terras podem voltar a se valorizar no médio e longo prazos", disse Jacqueline.

Para as culturas perenes, como laranja e café, as terras também estão mais valorizadas por conta dos preços no mercado internacional. Segundo Jacqueline, os preços só não estão ainda melhores por conta da desvalorização do dólar.

Assentados ganham faculdade exclusiva – Estado de São Paulo – Nacional – 20/01/2008

Assentados da reforma agrária ganharam curso superior exclusivo - de Pedagogia - na Universidade Federal de São Carlos, uma das mais conceituadas do País. Os aprovados no processo de seleção são provenientes de assentamentos de todo o Estado. A maioria integra os quadros do Movimento dos Sem-Terra (MST). O conteúdo programático foi elaborado com a participação do MST e de outros movimentos. A aula inaugural para a primeira turma, de 60 alunos, foi dada terça-feira.

Incra tenta conter expulsão de ribeirinhos – Estado de São Paulo – Nacional – 21/01/2008

O procurador-chefe da superintendência regional do Incra no Amazonas, Carlos Alberto de Sales, entrou com ação de interdito proibitório contra o Hotel Juma, no Careiro Castanho, para proteger os direitos de trabalhadores rurais. Segundo o Incra, 28 lotes foram demarcados em 2007 para garantir a posse dos ribeirinhos que estariam sendo expulsos pelo dono do hotel, Fábio Estarace. O empresário não se pronunciou sobre a acusação.

Sem-terra invadem fazenda de Abadía no RS - Higino Barros* e Adauri Antunes Barbosa – O Globo – O País – 22/01/2008

Ação aconteceu de manhã, e à tarde propriedade foi comprada por R\$ 850 mil em leilão

PORTO ALEGRE e SÃO PAULO - Cerca de 300 famílias integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) invadiram ontem a fazenda Finca, em Guaíba, a 30 quilômetros da capital gaúcha.

A propriedade, com 129 hectares, pertencia ao narcotraficante Juan Carlos Abadía e foi leiloada ontem à tarde, com outras duas propriedades do colombiano no Brasil, em pregão eletrônico realizado pela 6ª Vara da Justiça Federal de São Paulo.

Também foram vendidos uma casa em Santana do Parnaíba, na Grande São Paulo, e um sítio em Pouso Alegre (MG). O valor arrecadado chegou a quase R\$ 2 milhões, um terço a menos que os R\$ 3,11 milhões avaliados inicialmente pela Justiça.

A fazenda ocupada pelo MST tem casa principal com dois andares, piscina e seis açudes, e foi comprada por um morador de Bauru (SP), única pessoa que fez lances no leilão. Ele arrematou o imóvel por R\$ 850 mil, mesmo valor do lance inicial, mas inferior à avaliação de R\$ 1,7 milhão feita pela Justiça.

Segundo o leiloeiro Renato Moisés, responsável pelo pregão, havia muitos interessados na propriedade, mas a invasão do MST pode ter provocado desistências. Ele, contudo, considerou o leilão bem sucedido: — Na primeira tentativa, não conseguimos sua venda. Agora tivemos uma oferta de R\$ 850 mil, um valor bastante válido, já que isso tira a necessidade do Estado de arcar com despesas de manutenção, segurança e outras, na propriedade — disse o leiloeiro.

O MST gaúcho justificou a invasão da propriedade de Abadía como uma ação para obrigar o governo federal a incluí-la no programa de reforma agrária. Os sem-terra garantem que só deixarão a propriedade após conseguirem seus objetivos. A superintendência regional do Incra, no entanto, disse em nota que a fazenda não apresenta viabilidade de exploração agrícola e pecuária, e por isso a instituição não participou do leilão. A fazenda foi invadida por cerca de 500 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, que chegaram ao local às 5h da madrugada, em nove ônibus.

Rapidamente, dezenas de barracas foram construídas.

Um dos chefes do MST em Guaíba, João Amaral, disse que a fazenda comprada com o dinheiro do tráfico teria que ser desapropriada pelo governo federal para reforma agrária: O superintendente da PF, delegado Ildo Gasparetto, disse que só está esperando uma posição da Justiça Federal para traçar um plano de ação: — Vamos tomar as medidas cabíveis. Só aguardamos o pedido de reintegração de posse da propriedade.

Ruralistas vão ao STF contra ato de Marinho - Ana Paula Scinocca – Estado de São Paulo – Nacional – 23/01/2008

Para Caiado, parecer que garante cobertura da Previdência a invasores de terra é “insanidade”

A decisão do Ministério da Previdência de garantir cobertura previdenciária a invasores de terra que estejam trabalhando em áreas ocupadas - inclusive públicas - será contestada no Congresso e no Supremo Tribunal Federal (STF).

O deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) avisou que na volta do recesso parlamentar vai elaborar um decreto legislativo para derrubar a medida aprovada pelo ministro Luiz Marinho.

Para ele, o parecer aprovado por Marinho e publicado no Diário Oficial não passa de “insanidade”. “O Marinho é um chavista do ABC , um obturado mental”, disse o parlamentar. Caiado também afirmou que vai consultar o setor jurídico do DEM para avaliar a possibilidade de ingressar com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) para barrar a medida.

O parecer aprovado por Marinho foi feito pela Consultoria Jurídica do ministério. Com a decisão, os invasores de terra podem usar o tempo de atividade rural para se aposentar.

“Se o governo começar a banalizar crimes e dar benesses e até aposentadoria, daqui a pouco jovens que atuam no tráfico de drogas também vão tentar se aposentar”, afirmou Caiado. O deputado prosseguiu: “Isso é insanidade. O governo quer legalizar um crime.”

POLÊMICA - A peça aprovada por Marinho é mais um capítulo da polêmica que se instaurou no ministério, segundo funcionários da própria pasta, em relação a trabalhadores que exercem atividades agrárias em terras às margens de rodovias, que são públicas.

O caso foi registrado pela gerência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em Teófilo Otoni (MG). Com base na análise desse caso específico, a Procuradoria Federal Especializada do INSS considerou que os invasores de terra podem ser enquadrados no regime de previdência, pois entende que a titulação da terra “é irrelevante”.

Levado à Consultoria Jurídica do ministério, saiu o parecer o qual atesta que “a inexistência de titulação da terra ou a eventual irregularidade da ocupação não afasta, por si só, a caracterização do trabalhador rural como servidor especial (ou seja, trabalhador rural que exerce atividade agrária individualmente ou em regime de economia familiar)”.

Ainda segundo a Consultoria Jurídica, a irregularidade na ocupação “não contamina” a relação previdenciária, pois o que define o segurado especial é o fato de produzir bens rurais.

REGRAS - Segundo as regras da Previdência, para obter a aposentadoria de um salário mínimo basta completar 60 anos no caso de homens e 55 anos no caso das mulheres e cumprir prazo de carência no exercício da atividade rural.

Atualmente, o prazo é de 13,5 anos para os filiados à Previdência antes de 1991 e de 15 anos para os inscritos posteriormente.

O segurado especial não recolhe INSS para se aposentar, apenas paga contribuição em caso de comercializar a produção.

Invasores de terras terão direito a aposentadoria – O Globo – O País – 23/01/2008

Será preciso comprovar a atividade rural na propriedade ocupada BRASÍLIA. O Ministério da Previdência concedeu a trabalhadores rurais que exercem sua atividade em terras invadidas — públicas ou privadas — o direito de se aposentar. O tempo que o invasor permanecer mesmo ilegalmente na propriedade pode ser contabilizado como requisito para a obtenção do benefício.

A única exigência é que ele comprove ter praticado a profissão no local. Um sem-terra acampado na beira de rodovia que provar atividade rural pode contar o tempo para a aposentadoria.

Diante de decisões diversas sobre o tema em várias instâncias do INSS, foi pedido parecer ao departamento jurídico do ministério para esclarecer a questão. O órgão opinou de forma favorável aos invasores, e o ministro Luiz Marinho aprovou a posição dos advogados.

O parecer foi publicado na edição do dia 18 do Diário Oficial da União. Segundo o texto, “a inexistência de titulação ou a eventual irregularidade na ocupação da terra não afasta, por si só, a caracterização do trabalhador rural como segurado especial”.

O governo trata como segurado especial quem exerce atividades agrárias para consumo próprio ou em regime de economia familiar. O departamento jurídico enfatizou que a cobertura previdenciária é universal e lembrou que o INSS “não tem competência legal para reconhecer ou deixar de reconhecer a legitimidade da posse ou propriedade de terra”.

Ontem, a assessoria de imprensa do ministério divulgou nota reforçando a tese: “A legislação não exige como condição para a caracterização do trabalhador rural como segurado especial que ele detenha legítimo título da terra que ocupa”.

INVASÃO: MST deixa fazenda – O Globo – O País – 24/01/2008

Integrantes do MST desocupam a fazenda do traficante colombiano Juan Carlos Ramírez Abadía em Guaíba, Região Metropolitana de Porto Alegre. A propriedade foi arrematada anteontem por R\$ 850 mil em leilão promovido pela Justiça Federal. Cerca de 600 militantes invadiram o local na segunda-feira e não descartam nova invasão como forma de pressionar o Incra a destinar terras ao movimento.

AOS 24 ANOS, MST SEGUE NA LUTA – Sítio Eletrônico do MST – 24/01/2008

No final da década de 70, a propagação das lutas populares pela abertura política no país, numa conjuntura marcada pelo desemprego no campo e nas cidades, estimulou a retomada das organizações de luta pela terra, na linha de continuidade do legado deixado pelas Ligas Camponesas. É nesse contexto que, entre os dias 20 e 24 de janeiro de 1984, nas dependências do Seminário Diocesano, em Cascavel, Paraná, ocorreu o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra.

O Encontro reuniu trabalhadores rurais de 12 estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima, além de representantes da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), da CUT (Central Única dos Trabalhadores), do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e da Pastoral Operária de São Paulo.

A participação destas entidades representou a união de intelectuais, operários, indígenas e trabalhadores rurais em torno de um movimento em defesa dos camponeses sem terra.

Além de apresentar as principais lutas desenvolvidas pelos sem terra e as políticas dos governos locais e federal acerca da questão, os trabalhadores reafirmaram a necessidade da ocupação como uma ferramenta legítima das trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Ao final do Encontro, foi lida a mensagem de D. José Gomes, bispo de Chapecó e presidente da CPT (Comissão Pastoral da Terra), de apoio à fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST.

Hoje, ao completar 24 anos, o MST entende que seu papel como movimento social é continuar organizando os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças. Nos 24 estados em que o Movimento atua, a luta não é só pela Reforma Agrária, mas pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social, na soberania popular e na dignidade humana.

Abaixo, leia o poema do companheiro Pedro Francisco Bagatin, do MST em Cascavel, no Paraná.

MST 24 ANOS

Havia algumas ocupações
Em 1979, Rio Grande do Sul
Mas sem nenhuma preocupação
De se criar um Movimento
Por causa das famílias exploradas
Exploradas em seus trabalhos
Expulsas de suas terras
Por usinas hidrelétricas
O povo não queria ir morar na cidade
Até que em janeiro de 1984
Cascavel Paraná
Partindo da necessidade
Lutando por justiça e pela terra
Surgiu o MST
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Inicia uma luta pra valer
Durante seus vinte e quatro anos
Tivemos várias conquistas
Foram escolas e assentamentos...
Vários cursos
Resgatemos uma parte de nossa cultura
Uma parte de nossa história
O MST trouxe esperança
Auto-estima para as famílias
Perdemos companheiros
Mas que serviu como força
Para seguirmos em nossa caminhada
Lutando pela terra
Por Reforma Agrária
E pela transformação social
Estamos resgatando A Educação do Campo
É a Pedagogia da Terra
Debatendo com as famílias sem terra
A diferença entre o campo e cidade
Temos nossa própria Escola
É a Itinerante
Mostrando a verdadeira história
Ensinando a partir da realidade
Falta unir o campo e cidade
Se queremos transformar
Unindo forças
Para não ter perigo
O nosso inimigo
Vamos derrubar.

Incra irá recadastrará terras a partir de fevereiro – Sítio Eletrônico da CPT – 25/01/2008

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) irá recadastrar as terras dos 36 municípios na lista das maiores taxas de desmatamento do país, divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente, no dia 24 de janeiro. O recadastramento será feito a partir de fevereiro de 2008, e de acordo com o Incra, mais de 100 mil imóveis podem estar irregulares. Em 2000, um outro recadastramento foi feito e 93 milhões de hectares de terras tiveram seus registros cancelados por estarem em situação irregular. Este total estava concentrado nas mãos de 3 mil fazendeiros.

Estes são os 36 municípios campeões em desmatamento segundo o Ministério do Meio Ambiente:

- 1 - Alta Floresta (MT)
- 2 - Altamira (PA)
- 3 - Aripuanã (MT)
- 4 - Brasil Novo (PA)
- 5 - Brasnorte (MT)
- 6 - Colniza (MT)
- 7 - Confresa (MT)
- 8 - Cotriguaçu (MT)
- 9 - Cumarú do Norte (PA)
- 10 - Dom Eliseu (PA)
- 11 - Gaúcha do Norte (MT)
- 12 - Juara (MT)
- 13 - Juína (MT)
- 14 - Lábrea (AM)
- 15 - Machadinho D'Oeste (RO)
- 16 - Marcelândia (MT)
- 17 - Nova Bandeirantes (MT)
- 18 - Nova Mamoré (RO)
- 19 - Nova Maringá (MT)
- 20 - Nova Ubiratã (MT)
- 21 - Novo Progresso (PA)
- 22 - Novo Repartimento (PA)
- 23 - Paragominas (PA)
- 24 - Paranaíta (MT)
- 25 - Peixoto de Azevedo (MT)
- 26 - Pimenta Bueno (RO)
- 27 - Porto dos Gaúchos (MT)
- 28 - Porto Velho (RO)
- 29 - Querência (MT)
- 30 - Rondon do Pará (PA)
- 31 - Santa Maria das Barreiras (PA)
- 32 - Santana do Araguaia (PA)
- 33 - São Félix do Araguaia (MT)
- 34 - São Félix do Xingu (PA)
- 35 - Ulianópolis (PA)
- 36 - Vila Rica (MT)

Terra em 36 municípios críticos será recadastrada - Ana Paula Scinocca – Estado de São Paulo – Vida & - 25/01/2008

Donos de terra em cidades com mais altos índices de desmatamento terão de regularizar situação no Incra

Um dos motores do desmatamento na Amazônia continua a ser a indústria da falsificação de títulos de posse de terras. O problema é tão grave que ontem, ao final da reunião ministerial para discutir o aumento do desmatamento na Amazônia Legal, o governo anunciou que, nos 36 municípios com maiores taxas de desmatamento, além da vigilância, as terras serão novamente recadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Outro recadastramento, feito oito anos atrás, cancelou 93 milhões de hectares de terras. Para se ter uma dimensão da área, isso equivale a quase quatro vezes o Estado de São Paulo, que tem em sua totalidade 24 milhões de hectares. À época - o processo começou no final de 1999 e continuou até 2002 -, os 93 milhões de hectares estavam concentrados nas mãos de apenas 3 mil fazendeiros. Do total, 60 milhões de hectares foram reavidos pela União e, desses, 20 milhões doados ao meio ambiente, como reservas e parques.

O novo recadastramento será feito a partir de fevereiro e, segundo o presidente do Incra, Rolf Hackbart, 100 mil imóveis rurais podem estar irregulares. “Se confirmada a expectativa, as terras serão desapropriadas”, disse. Ele antecipou ao Estado que o Incra já tem conhecimento de áreas irregulares em São Félix do Xingu (PA), um dos cinco municípios campeões de derrubadas no País entre julho de 2006 e agosto de 2007. “As áreas sem documentação regular terão o certificado de cadastramento do imóvel rural (CCIR) cancelado”, avisou.

CARTÓRIOS - Ex-ministro da Reforma Agrária no governo Fernando Henrique Cardoso, o deputado Raul Jungmann (PPS-PE), que promoveu o recadastramento anterior, admite que, apesar dos esforços, os cartórios continuam a funcionar como “casa da moeda do crime”.

A indústria da falsificação começa exatamente nos cartórios de título de imóvel. “Em um estalar de dedos”, fornecem a papelada para legalizar a ilegalidade. Ressalvando que falava com base no que fora detectado no período em que era ministro, Jungmann lembrou que os cartórios funcionavam como o início de todo o processo.

Ele contou que as pessoas chegavam aos cartórios para averbar terras e acabavam por ampliá-las, invadindo áreas públicas. “Não havia supervisão nenhuma”, afirmou. Passo adiante era dado com o aval dos Institutos de Terra dos Estados, quase nenhum realmente estruturado. “As taxas eram pagas e qualquer coisa era registrada”, disse o ex-ministro. Por fim, o terceiro e último registro era concedido pela própria Receita Federal. De posse dos três registros, as terras eram, então, comercializadas.

Para minimizar o problema, o governo realizou um cadastramento para propriedades com mais de 10 mil hectares. Por meio de carta registrada, eles deveriam se reportar à Superintendência do Incra. “Ninguém respondeu”, recorda o ex-ministro.

Foi necessária uma segunda rodada de comunicado para que pouco mais de uma dezena de proprietários se preocupasse em dar alguma satisfação ao governo. A chamada “limpeza do cadastro” foi um passo importante para evitar o esquema de fraudes. Mas ainda insuficiente.

Primo de Maggi utiliza trabalho degradante – João Carlos Magalhães e Rodrigo Vargas
– Folha de São Paulo – Brasil – 25/01/2008

Ministério liberta 41 pessoas no MT, e fazenda pode ser incluída em lista de locais em que há trabalho análogo à escravidão - Grupo Bom Futuro tem como dono Eraí Maggi, primo de Blairo, que não soube dizer se sua empresa negocia com a do parente

O grupo móvel do Ministério do Trabalho libertou 41 trabalhadores rurais submetidos a condições degradantes em uma fazenda de Tapurah (477 km de Cuiabá) arrendada pelo grupo Bom Futuro para o plantio de soja e algodão, que tem como um de seus donos Eraí Maggi, primo do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR). O grupo encontrou trabalhadores em alojamentos precários, usando banheiros em péssimas condições higiênicas e manipulando produtos químicos sem proteção. Quando o agrotóxico era jogado por aviões sobre as plantações, os funcionários eram atingidos.

O Bom Futuro deve ser autuado pelas irregularidades, o que gerará multa e um processo administrativo, no qual a empresa pode se defender. Se for considerada culpada, ela é incluída na chamada "lista suja", índice que concentra as propriedades onde foi encontrado trabalho análogo à escravidão.

José Pedro dos Reis, procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso, participou da ação em Tapurah no último dia 18 e afirmou que, apesar de a empresa "ser bem estruturada", havia uma "discriminação" entre os funcionários. Os que ficavam na fazenda tinham boas condições para trabalhar, diferentemente dos que iam para o campo -como os libertados.

"Eles dormiam numa construção de madeira, uns dez homens enfiados num cubículo, deitados em colchões velhos e podres, uma salinha muito abafada e com um cheiro muito ruim", afirmou. "Até os representantes da empresa ficaram abismados com o que viram, mal conseguiram entrar no alojamento devido ao fedor."

Quando estavam na frente de trabalho, para cumprir jornadas de até 12 horas diárias, arrancando raízes ou descarregando cargas, esses funcionários eram obrigados a usar a mata como banheiro e se limpavam com o que havia à mão.

Na hora de comer, afirmou Reis, muitas vezes abriam suas marmitas com as mãos ainda sujas de agrotóxicos. Eles não usavam luvas ou botas ao manipular o produto. Uma vez terminada a jornada, tomavam banho em locais imundos, tomados por lodo e dejetos. "Eles reclamaram muito também da falta de proteção e de lugar para comer", disse Pedro dos Reis. Alguns libertados ficaram na região. Outros voltaram a seus Estados (Maranhão e Piauí).

O procurador afirmou que a empresa está com "boa vontade" e considerou a situação uma "negligência dos administradores". "Já vimos lugar muito pior." O procurador disse que foram pagos R\$ 110 mil aos libertados, pelos direitos trabalhistas e por danos morais.

O Bom Futuro é um dos maiores produtores de soja e algodão do Estado. Eraí Maggi disse que o grupo já fez diversas melhorias no local. A Amaggi, uma das maiores beneficiadoras de grãos do mundo e da família do governador, disse não poder esclarecer a relação entre as duas empresas. Blairo não soube dizer se sua empresa faz negócios com o primo.

Fazenda já tinha "problemas", diz empresário – Folha de São Paulo – Brasil – 25/01/2008

Eraí Maggi, um dos donos do grupo Bom Futuro, afirmou à Folha que a fazenda já tinha "problemas trabalhistas" quando foi arrendada, há pouco mais de um ano, e que vem fazendo melhorias.

Ainda assim, ele assume que algumas irregularidades persistem na propriedade, que figurou na "lista suja" de fazendas com trabalho análogo à escravidão entre 2005 e 2007. Pela lei, o arrendatário é responsável pela situação dos trabalhadores. "Desde que assumimos, estamos melhorando as condições de trabalho, na medida do possível. Já temos cantina e refeitório de primeira. Agora, é preciso lembrar que faz pouco tempo e que nem tudo pôde ser colocado no padrão."

A qualidade da comida servida no local foi confirmada pelo procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso, José Pedro dos Reis. Sobre possíveis negócios com a Amaggi, de seu primo e governador Blairo Maggi, Eraí disse que "negocia com quase todo mundo" no Estado, mas não com a empresa da qual Blairo é acionista. "Ele tem o grupo dele, e eu, o meu. Não há relação de compra e venda", disse.

Blairo afirmou não saber dizer se as duas empresas têm negócios, até porque, segundo ele, desde 2002, quando se elegeu governador, se afastou de Rondonópolis (MT), sede da Amaggi.

Sobre Eraí, disse que ligou para o primo, com quem tem "boas relações", e que ouviu a mesma versão dada à Folha sobre as irregularidades encontradas pelo grupo móvel

do Ministério do Trabalho. "Nós tivemos até um problema político no passado [em 2002], mas hoje está tudo bem", afirmou.

Eraí disse considerar "louvável" a ação do grupo móvel e que pretende seguir todas as recomendações para se ajustar. "Realmente, precisamos fazer algumas melhorias no alojamento", afirmou. **(JCM e RV)**

Marinho defende aposentadoria a invasor de terra – Folha de São Paulo – Brasil – 25/01/2008

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O ministro da Previdência, Luiz Marinho, defendeu ontem a concessão de aposentadorias para invasores de terra, inclusive de áreas públicas. Reafirmando o entendimento de sua consultoria jurídica, ele disse que o que garante o direito do trabalhador rural ao benefício não é a propriedade da terra.

Parecer da consultoria, aprovado pelo ministro, diz que a "inexistência de titulação da terra ou a eventual irregularidade na ocupação não afasta, por si só, a caracterização do trabalhador rural como segurado especial".

Para Marinho, o que importa é se o trabalhador vive da atividade rural. Ele disse que havia entendimentos divergentes entre gerências do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Em alguns Estados, a Previdência concedia benefício ao invasor de terras. Em outros, não.

Troca de comando no Incra causa manifestação em MS - João Naves – Estado de São Paulo – Nacional – 26/01/2008

Senador acusa superintendente que será substituído de 'orquestrar' bloqueios em três rodovias

Quase 1.500 sem-terra bloquearam na manhã de ontem pontos das Rodovias BR-163, BR-060 e MS-156, em Mato Grosso do Sul. As manifestações aconteceram para mostrar seu descontentamento com a indicação de Flodoaldo Alencar, integrante do Movimento Nacional dos Produtores (MNP), para substituir o superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Estado, Luiz Carlos Bonelli, que estava no cargo há cinco anos. Alencar foi indicado para substituí-lo pelo senador Valter Pereira de Oliveira (PMDB-MS).

Em nota distribuída ontem, os dirigentes do Movimento dos Sem-Terra (MST) ressaltam que "lamentavelmente voltam as manobras do senador Valter Pereira, que deu

seu voto de apoio à CPMF para negociar cargos públicos”. E criticam: “Não podemos aceitar esse tipo de procedimento, em que duas ou três pessoas, em troca de favores, decidam mudanças para atender aos caprichos do senador.”

ACUSAÇÃO - Pereira acusa Bonelli de “orquestrar” os bloqueios. “Ele, o Bonelli, me disse pessoalmente que resistiria à sua substituição. Ficou quatro horas no meu gabinete em Brasília, conversando sobre a decisão de não deixar a superintendência do Incra em Mato Grosso do Sul. Ele não quer ir para outro local e prometeu reagir”, relatou o senador. “Esse tom raivoso deixa transparente a existência de interesses inconfessáveis entre o Bonelli e os líderes dos trabalhadores rurais no Estado.”

O superintendente do Incra está em férias. Valdir Périus, interino, não quis comentar o caso, dizendo apenas que “a substituição do Bonelli é um problema político que o governo terá que resolver”. Alencar sabe que o senador indicou seu nome, mas prefere não se manifestar até que a decisão seja publicada no Diário Oficial da União.

Além do MST, participaram dos bloqueios membros das Federações da Agricultura Familiar e dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Pereira lamentou a união dessas organizações “para atos tão feios” e ressaltou não ver motivos para os sem-terra defenderem Bonelli. “O Incra criou favelas rurais durante os últimos cinco anos em Mato Grosso do Sul. Ultimamente está se dedicando à implantação de favelas urbanas, como acontece no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã.”

Corrida às terras - Celso Ming – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/01/2008

Enquanto os ministros do governo Lula divergem sobre as causas do desmatamento recorde na Amazônia, os preços da terra para plantio e pastagem sobem em todo o País.

Esta coluna apontou no dia 17 o prognóstico de um reconhecido especialista, o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues. Ele sacode o punho fechado no ar e dispara: “Pode escrever, em cinco anos, os preços da terra estarão pelo menos 100% mais altos.”

O estudo do Instituto FNP finalizado em dezembro mostra que o preço médio da terra no Brasil vai quebrando recordes desde que a pesquisa começou a ser feita, em 2001. Nos últimos 12 meses, a alta foi de 17,83%, com as cotações médias chegando a R\$ 3,86 mil por hectare. (Ver gráfico.) São números que, neste ano, deverão ficar para trás.

A engenheira agrônoma e analista do Instituto FNP, Jacqueline Bierhals, aponta três fatores que puxam pela alta:

(1) Mercado rarefeito - O Brasil é um dos poucos países com áreas a serem exploradas: mais de 100 milhões de hectares. Esse potencial pode ser utilizado para absorver parte da expansão da agricultura mundial, prevista para este e para os próximos anos.

(2) Preço baixo - Comparado com os padrões vigentes em outros países com forte potencial agrícola, o preço da terra ainda é baixo no Brasil.

(3) Crescimento da procura - A crise global que grassa no setor financeiro deve empurrar os administradores internacionais de patrimônio para ativos cujos preços enfrentem menos volatilidade. E aí o mercado de terras se mostra como boa opção.

Não há metodologia 100% segura para aferir o comportamento desse mercado. Para suprir a deficiência, o Instituto FNP conta com uma equipe de 300 informantes que detecta os principais negócios no País. E o que ela comprovou foi o fato de que grupos estrangeiros de vários calibres estão fechando compras de glebas em fronteiras agrícolas com alto potencial de valorização, especialmente em Mato Grosso, oeste baiano e no trio Mapito (Maranhão, Piauí e Tocantins).

Preços baixos são grande chamariz. Enquanto o valor de um hectare na Região Sul girou em torno de R\$ 29,2 mil no último bimestre, a mesma área na mata no Amapá saiu por apenas R\$ 85.

Depois de um período de relativa estagnação que se seguiu ao recuo nos preços da soja em 2004, o mercado se aqueceu com a corrida ao plantio da cana-de-açúcar a partir de meados de 2006. No ano seguinte, quando se imaginava que o plantio algo exagerado da cana poderia derrubar os preços, foi a demanda por terra para grãos que passou a determinar os preços.

Os arrendamentos também estão em alta, na medida em que os preços das commodities agrícolas e os do boi gordo são tomados como critério de indexação dos contratos.

Mesmo com a economia global ameaçada pelos maus resultados da economia americana, a aposta na terra continua forte, para desespero do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart. Para ele, o aumento do interesse de grupos estrangeiros é uma ameaça para o avanço da reforma agrária no Brasil. Mas o MST não quer acampar no sertão. Quer ficar próximo às grandes cidades.

No Pontal, MST faz sua primeira invasão do ano – Estado de São Paulo – Nacional – 28/01/2008

Cerca de 200 pessoas ligadas ao MST ocuparam sábado a Fazenda São João, em Teodoro Sampaio (SP), na primeira invasão do ano no Pontal do Paranapanema. Segundo o MST, é um protesto contra a lentidão da reforma agrária do governo Serra.

Chacina de Unaí faz quatro anos e segue sem julgamento – Folha de São Paulo – Brasil – 28/01/2008

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE - A chacina de Unaí (MG) - assassinato de quatro servidores do Ministério do Trabalho que reprimiam trabalho degradante no noroeste mineiro- completa quatro anos, ainda sem julgamento. Dos nove réus, os quatro acusados de mando esperam julgamento em liberdade, enquanto os cinco supostos executores estão presos em Contagem (MG). Recursos dos acusados a cortes superiores têm estendido o processo -no TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região) desde 2005. "Quero ser julgado, que esse inferno acabe", diz o fazendeiro e prefeito de Unaí, Antério Mânica (PSDB), acusado de ser mandante do crime junto com o irmão Norberto, um empresário rural.

A crise política do Fórum Social Mundial - Marie Dominique Vernhes e Peter Strotmann – Freitag – Carta Maior – 29/01/2008

Na avaliação do jornalista Ignácio Ramonet, o Fórum Social Mundial vive um momento de impasse político. Para ele, os movimentos sociais internacionais não conseguiram encontrar uma forma de articulação consistente capaz de enfrentar as atuais crises no mundo.

Marie Dominique Vernhes e Peter Strotmann - Freitag

Ignácio Ramonet é, desde 1991, redator-chefe do jornal *Le Monde Diplomatique*. Em 1997, participou da fundação do movimento internacional Attac (Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos). Foi um dos articuladores, em 2001, do primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. No dia 12 de janeiro deste ano, Ramonet participou do Simpósio Rosa Luxemburgo, em Berlim, fazendo uma conferência sobre o fracasso do chamado “quarto poder”. Entre outras coisas, defendeu maiores esforços na construção de meios de comunicação resistentes para o movimento anti-capitalista. Na ocasião, o jornalista concedeu uma entrevista para Marie Dominique Vernhes e Peter Strotmann, do semanário alemão de esquerda *Freitag*. A Carta Maior reproduz, em português, a íntegra dessa entrevista.

Nela, Ramonet faz uma análise da atual conjuntura internacional e reflete sobre a situação do Fórum Social Mundial neste contexto. Para ele, o processo FSM vive um momento de crise e impasse político. “Os movimentos sociais internacionais no momento têm sido incapazes de encontrar uma forma de articulação mais consistente que lhes permita agir de modo unitário. Não está em condições de fixar objetivos que sigam uma mesma linha”, afirma.

As organizações principais que constituem o Fórum Social Mundial, acrescenta Ramonet, estão obrigadas a se colocarem a seguinte pergunta: O que será de nós? O que devemos fazer? “Em torno de tudo isso, a questão do poder se torna importante. Todo o movimento se formou com a base na idéia que não se pode tomar o poder. Eu me pergunto se isso continua sendo verdadeiro. A experiência na América Latina mostra que com o poder nas mãos se pode fazer algo”. A seguir, a entrevista:

No Fórum Social Mundial de 2006, você disse que seria preciso fazer fracassar o projeto militar dos Estados Unidos. Isso seria necessário para criar uma margem de manobra suficiente, sem a qual todo progresso social e democrático resultaria vulnerável. Segue tendo a mesma opinião, dois anos depois?

Em princípio, sim. Por outro lado, agora surgem processos que já eram importantes em 2006 e que agora têm uma presença mais robusta ainda. Agora vemos mais claramente que estamos vivendo o fim da era do petróleo. Temos petróleo para, talvez, 40 ou 60 anos. Essa matéria prima alcançará no futuro um preço tal que só uns poucos países poderão se permitir manter uma matriz energética baseada no petróleo. Isso se converterá em uma questão estratégica, como se pode ver em anos passados. O domínio militar do mundo por parte dos EUA está determinado pelo controle do petróleo. É por isso que os EUA estão no Oriente Médio e na África, é por isso que estão em situação de hostilidade com Venezuela e Rússia. Existe o perigo de novas guerras futuras pelo petróleo.

Um segundo tema do qual já éramos conscientes é o da crise ecológica. As conseqüências da mudança climática são mais drásticas do que o previsto. Isso nos obriga a repensar radicalmente o tema do abastecimento energético, obviamente no sentido das energias renováveis, mas em alguns países também na direção da energia nuclear, com todos os perigos resultantes disso.

Como você avalia o ascenso espetacular de alguns países do Sul?

Índia e China não representam apenas uma boa terceira parte da população mundial. Se acrescentamos Brasil, África do Sul e Rússia, vemos que o peso econômico desse grupo de Estados como motor da economia mundial chega a ser maior que o dos EUA. Esses países estão em vias de dispor de fundos soberanos estatais que poderão colocá-los em situação de atuar sobre o próprio núcleo do processo de globalização. Em minha opinião, então, se colocará mais cedo do que tarde a questão de uma volta do protecionismo. Se países como China ou Índia, mas também Coréia do Sul, Malásia ou Indonésia se convertem na fábrica do mundo, apenas se poderá se seguir exportando algo ali, por mais que esses Estados representem as novas potências econômicas que poderiam comprar algo. O que acontecerá, então, com as indústrias dos países desenvolvidos do Ocidente?

Enfim, trata-se de um perigo que conhecemos há algum tempo, mas que nunca analisamos com a urgência com que agora se coloca com a quebra dos mercados de valores nos EUA. A crise hipotecária tem conseqüências para os grandes bancos norte-americanos, que agora tem que ser salvos com fundos estatais, sobretudo de países árabes. Considerando que também os bancos na Alemanha e na Suíça sejam afetados, coloca-se a questão de que se o que está a vista é uma recessão econômica mundial. China, Índia e outros países poderiam se converter no motor da economia mundial, se o motor dos EUA falhar? Se isso não ocorresse, estaríamos diante de uma crise econômica de alcance planetário.

Você também vê sintomas de decadência no potencial militar dos EUA?

Neste aspecto, os EUA ainda são o número um. Mas o Oriente Médio revela que seu poder militar não lhes garante ganhar guerras assimétricas: os EUA não conseguiram ganhar a guerra do Iraque. Talvez consigam manter-se no Iraque, mas essas coisas nunca se sabe como terminam. Os norte-americanos tampouco podem ganhar a guerra no Afeganistão. Israel não pode ganhar a guerra contra os palestinos, ao menos não militarmente, ainda que possam fazê-lo politicamente. O que se vê nessa região do mundo é que a superioridade militar não leva forçosamente à vitória militar.

O que isso significa?

Significa que os EUA não marcharão contra o Irã. Talvez bombardeiem o país, mas não o invadirão como fizeram no Iraque, com tropas terrestres. Significa também que os norte-americanos ficaram tão esgotados com todos esses conflitos que não poderão permitir-se por um certo tempo aventuras militares importantes. Além disso, a Rússia está, outra vez, em vias de se converter em uma potência militar mundial relevante. Vemos, pois, que, do ponto de vista do equilíbrio militar, e sob uma ordem unipolar, está aparecendo de novo uma relação de forças multipolar.

Nestas circunstâncias, como podem seguir desenvolvendo-se os movimentos sociais e, em particular, que futuro aguarda os Fóruns Sociais Mundiais?

Infelizmente, os movimentos sociais internacionais no momento têm sido incapazes de encontrar uma forma de articulação mais consistente que lhes permita agir de modo unitário. Não está em condições de fixar objetivos que sigam uma mesma linha.

Isso impede os movimentos sociais de responder adequadamente à situação atual?

Exato. Atravessamos diferentes fases. A primeira consistiu em definir a globalização. Em meados dos anos 90, ainda não existia o movimento porque não se sabia contra quem lutar. Foi preciso que muitos intelectuais e muitas forças políticas definissem conjuntamente o inimigo e, o inimigo era a globalização. Na segunda fase se juntaram todos do Sul ao norte na luta contra a globalização. Têm-se evidentemente a impressão de que esses êxitos - particularmente, a fundação do Fórum Social Mundial - acabaram por paralisar o movimento. O movimento é hoje, potencialmente, forte, como nunca antes. É, em escala planetária, a única força em alguma medida organizada que resiste à globalização, mas ele não sabe o que fazer com essa força. Desperdiçaram-se

oportunidades, ao menos eu vejo assim. Hoje estaríamos em condições de levar a cabo lutas em escala mundial. Lembre-se apenas das grandes manifestações contra a guerra no Iraque. Chegou a hora para que movimentos, como o Fórum Social Mundial, deixem de ser movimentos de resistência e entrem em uma nova etapa com outras formas de luta.

Por que afirma isso com tanta ênfase?

A ofensiva ideológica da globalização prossegue. Constatamos que o movimento já não amedronta os dominadores. Apenas falam dele. Desde que a Attac entrou em crise na França, a imprensa francesa já não fala da Attac, tampouco fala do Fórum Social Mundial. Preocupa esse silêncio, porque demonstra que os outros têm vencido a batalha e, desde logo, por causa da dispersão. Por isso, creio que as organizações principais que constituem o Fórum Social Mundial estão obrigadas a se colocarem a seguinte pergunta: O que será de nós? O que devemos fazer? Em torno de tudo isso, a questão do poder se torna importante. Todo o movimento se formou com a base na idéia que não se pode tomar o poder. Eu me pergunto se isso continua sendo verdadeiro. A experiência na América Latina mostra que com o poder nas mãos se pode fazer algo. Isso na Europa é mais difícil devido a camisa de força que se transformou a União Européia.

Falar na América Latina hoje, queira-se ou não, significa falar no conceito de “Socialismo do século XXI”. É uma alternativa?

É, por enquanto, uma obra em construção. O próprio Hugo Chávez, que lançou esse conceito, não poderia oferecer uma definição do socialismo do século XXI, se alguém lhe perguntasse. O próprio Fidel Castro disse que o socialismo se acha em crise, o que faz com que haja distintas noções do mesmo. Ele é muito consciente disso, como pude comprovar em minhas conversas com ele.

Chávez está ciente do fato de que, em um processo de transformações políticas, chega um momento em que é preciso passar da prática à teoria. É exatamente o que fez Marx: o capitalismo já existia quando Marx definiu o que é o capitalismo. Já havia movimentos revolucionários quando Lenin elaborou teoricamente as observações sobre suas lutas, do mesmo modo que Marx fizera em relação à Comuna de Paris.

Chávez procede do mesmo modo: na América Latina o que impera hoje é sobretudo a vitalidade dos momentos de base, não a dos partidos políticos. Chávez não foi escolhido por um partido político (a social-democracia estava e segue estando contra ele). São as organizações de base com sua multiplicidade nos bairros ou não regiões, são homens e mulheres, são os indígenas com suas respectivas reivindicações. São eles que têm ajudado a triunfar personalidades como Chávez ou o novo presidente equatoriano Rafael Correa. Esse tipo de políticos vincula-se com os movimentos sociais, dando-lhes a possibilidade de ter audiência e de introduzir reformas, por exemplo, em áreas como educação e saúde. Mas chega um momento em que isso já não pode seguir sendo um instrumento estável. É preciso passar à teoria e perguntar: o que conservamos de todas essas experiências? O resultado é o Socialismo do século XXI.

Sobre o qual, contudo, não se sabe grande coisa....

...não necessariamente. Teríamos que olhar os dez anos até agora transcorridos da Revolução Bolivariana, assim como a situação mundial antes descrita, com seus aspectos ecológicos e energéticos. Como podemos elaborar conjuntamente todos esses elementos em um esquema teórico que não seja válido apenas para a Venezuela, mas para toda a humanidade. O resultado é, de novo, o Socialismo do Século XXI.

O processo no qual nos encontramos agora vai mais além da situação que tínhamos com o Subcomandante Marcos e os zapatistas no México. Marcos desempenhou um papel extremamente importante a ponto de convencer a muitos resistentes do mundo sobre a necessidade de se unir. Deu um impulso muito grande nesta direção, do mesmo modo que Pierre Bourdieu na França, Noam Chomsky, o movimento sindical, o Le Monde Diplomatique, o Attac. Mas chega um momento em que é preciso passar a uma nova fase. Quando a idéia de que os movimentos sociais são a única força que pode agir efetivamente torna-se um fetiche, então o movimento fica paralisado.

Você tem conversado muito com Fidel Castro e escreveu um livro que é resultado dessas conversas. Em sua opinião, que experiências cubanas deveria ser admitidas e quais deveriam ser evitadas?

Seria preciso evitar, em primeiro lugar, a confrontação com a primeira potência da Terra. Isso é, claro, difícil, mas quando alguém está exposto a um bloqueio dos EUA as restrições daí decorrentes tornam a vida muito difícil. Também seria preciso evitar que só um partido fosse permitido. Em troca, parece-me digna de imitação toda a política social. Mas não só ela: há uma política de constante consulta aos trabalhadores. Em Cuba, há pleno emprego. As cooperativas surgem com toda liberdade, especialmente no campo.

Cuba é um país muito pequeno que não está em condições de viver autarquicamente e que já sofreu, ao longo de sua história, de três dependências: primeiro da Espanha, depois dos EUA e mais tarde, ainda que de um modo distinto, da União Soviética. Eu creio que o que os cubanos querem é deixar de ser dependentes. Aqueles que falam agora de uma dependência em relação a Venezuela passam por alto que se trata de uma relação de natureza muito diferente. Porque o que os cubanos podem oferecer em troca é muito importante. Ainda que não se possa quantificar em termos petrolíferos, é um fator de grande importância. Graças aos professores cubanos, o analfabetismo foi erradicado na Venezuela. Veja você, em troca, o que ocorreu na Nicarágua, onde houve, sob os sandinistas, uma importante campanha de alfabetização: o analfabetismo reapareceu e, hoje, 35% das pessoas são analfabetas. Isso é dramático.

Assim, uma boa quantidade de experiências cubanas merece ser conservada e creio que os próprios cubanos querem manter muito do que os faz únicos. Mas neste país há uma sociedade muito complexa, não monolítica. Um partido único não está em condições de representar a multiplicidade de aspirações dos cubanos.

Castro disse que essa multiplicidade pode encontrar lugar no partido único...

É verdade, mas o que diz, sobretudo, é que em um país ameaçado pela primeira potência mundial a unidade é o fator mais importante a conservar. Por isso é tão elementar

que essa ameaça deve cessar. No dia que acabar, haverá progressos no reconhecimento da pluralidade da sociedade cubana. Fala-se muito do modelo chinês, mas os cubanos miram-se também no espelho do que ocorre no Vietnã.

A entrevista foi publicada, em espanhol, em [Sinpermiso](#) (Tradução de Amaranta Süss) - Tradução do espanhol para português: Marco Aurélio Weissheimer

Sem-terra voltam a fechar estradas em MS - João Naves de Oliveira e Sandro Villar – Estado de São Paulo – Nacional – 29/01/2008

Manifestantes reforçam protesto contra mudança no comando do Incra e bloqueiam 6 pontos de 3 rodovias

Sem-terra e assentados pela reforma agrária em Mato Grosso do Sul realizaram ontem novos bloqueios nas principais rodovias que cruzam o Estado. Além do Movimento dos Sem-Terra (MST), participaram das manifestações outras quatro entidades, todas contra a substituição do superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Luiz Carlos Bonelli.

A direção nacional do Incra em Brasília não confirmou a saída de Bonelli, mas o senador Valter Pereira de Oliveira (PMDB-MS) garante que ele será substituído pelo professor Flodoaldo Alencar Alves, filiado a seu partido e membro do Movimento Nacional dos Produtores (MNP). “Há um ano indiquei Flodoaldo para o cargo e não vou desistir dessa nomeação”, afirmou o senador.

O coordenador da Federação da Agricultura Familiar (FAF), Paulo Cezar de Farias, promete não deixar o indicado do peemedebista assumir o cargo. “Vamos invadir o Incra em todo o Estado, assim que sair a nomeação desse homem”, disse Farias.

O MST e a CUT-Rural já manifestaram apoio à mobilização em nota distribuída à imprensa e, ontem, juntamente com as demais organizações, mostraram mais força em relação aos bloqueios organizados na sexta-feira. Mais de 3 mil pessoas bloquearam 6 pontos nas rodovias BR-163, BR-262 e BR-267, no extremo sul e no leste do Estado, segundo informações da Polícia Rodoviária Federal. Na sexta-feira o número de participantes nesses protestos era de aproximadamente 1.500.

Os bloqueios foram iniciados por volta de 7 horas e terminaram no início da tarde. Foram distribuídos pelotões de choque da Polícia Militar em pontos estratégicos. Um único conflito ocorreu às 13 horas, quando sem-terra resolveram retomar o bloqueio na BR-163, distrito de Anhanduí, em Campo Grande. Policiais militares utilizaram bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para dispersar os 300 manifestantes. Dez sem-terra foram presos e liberados em seguida.

O senador Valter Oliveira disse que a movimentação não mudará nada. “O motivo que segura Bonelli no cargo é que ele consegue assentar 150 famílias onde só cabem 50. Essa mágica está encantando a direção nacional do Incra. Bonelli vai cair e o professor Flodoaldo será nomeado em seu lugar nos próximos dias. É um processo sem volta”, afirmou.

Bonelli, que estava em férias, retornou ontem ao trabalho. Ele alegou que ainda não tem informações para se manifestar sobre o assunto.

PONTAL - Sem-terra que invadiram a Fazenda São João, em Teodoro Sampaio (SP), tombaram ontem dois hectares de pasto e plantaram milho e feijão. A fazenda, de 308 hectares, foi ocupada no sábado por cerca de 200 pessoas para, segundo a coordenação regional do MST, protestar contra a lentidão do governo do Estado na execução da reforma agrária.

Três mil sem-terra bloqueiam seis rodovias federais em MS – Folha de São Paulo – Brasil – 29/1/2008

DA AGÊNCIA FOLHA - Cerca de 3.000 sem-terra bloquearam ontem seis rodovias federais de Mato Grosso do Sul em protesto à possível troca de comando na superintendência do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no Estado.

Houve confronto com a Polícia Militar na rodovia BR-163, próximo ao distrito de Anhanduí (a 50 km de Campo Grande). Ninguém ficou ferido. Ao menos 16 pessoas foram detidas. Por volta das 16h30, as rodovias haviam sido desbloqueadas.

Coordenador da Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), Geraldo Teixeira disse que o protesto era contra substituição do superintendente do Incra Luiz Carlos Bonelli por Flodoaldo Alencar. Os sem-terra dizem que Alencar é ligado ao Movimento Nacional dos Produtores. Pereira e Bonelli não foram localizados.

PM libera rodovia ocupada por sem-terra no MS - Paulo Yafusso – O Globo – O País – 29/01/2008

Polícia lança bombas de gás e balas de borracha para afastar manifestantes; protesto foi contra nomeação no Incra *

CAMPO GRANDE - A Polícia Militar de Mato Grosso do Sul usou ontem mais de 60 homens, inclusive da Tropa de Choque, para liberar a BR-163 em Anhandui, a 50 quilômetros de Campo Grande, ocupada de manhã por integrantes de três movimentos de trabalhadores sem terra. Os PMs lançaram bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para afastar os manifestantes.

Ninguém se feriu. Os protestos começaram na sexta-feira, em reação à indicação do veterinário Flodoaldo Alencar, professor da Universidade Federal do estado, para a superintendência do Incra. O cargo é ocupado hoje pelo engenheiro agrônomo Luiz Carlos Bonelli, integrante do PT e indicado do deputado federal Vander Loubet (PT-MS).

Segundo o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), Geraldo Teixeira, os sem-terra ligados à Fetagri, ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e à Federação da Agricultura Familiar (FAF) bloquearam seis trechos das rodovias BR-163, BR262 (perto de Campo Grande) e BR-267, em Jardim, sudoeste do estado, onde estão concentrados os sem-terra despejados há duas semanas da Fazenda Jamaica, pertencente à seita do reverendo Moon. O presidente da Fetagri disse que os bloqueios poderão ser retomados hoje.

O comandante do grupo da PM, major Luiz Antonio Sá Braga, disse que os policiais são treinados para esse tipo de situação e agiram dentro das normas.

Segundo ele, dez pessoas que lideravam o bloqueio foram levadas à delegacia para serem autuadas por desobediência, resistência e obstrução de rodovia. Anhandui é um ponto estratégico para a passagem dos caminhões com grãos que seguem para São Paulo.

Sem-terra mantêm bloqueio de rodovias – Estado de São Paulo – Nacional – 30/01/2008

Os protestos contra a substituição do superintendente do Incra em Mato Grosso do Sul, Luiz Carlos Bonelli, continuaram ontem no Estado. Por causa das chuvas, que atrapalharam as manifestações, os bloqueios de estradas por sem-terra se limitaram à rodovia estadual MS-295, que ficou bloqueada entre Tacuru e Iguatemi, e a BR-163, em Naviraí, fechada no trevo de acesso ao Paraná.

Bloqueio pode dar prisão a sem-terra – João Naves de Oliveira – Estado de São Paulo – Nacional – 31/01/2008

Juiz determina penalidades para manifestantes e movimentos que fecharem estradas em MS

João Naves de Oliveira

O juiz federal Dalton Igor Kita Conrado determinou ontem a prisão para os sem-terra responsáveis por novos bloqueios em três rodovias federais de Mato Grosso do Sul e multa de R\$ 10 mil por dia de desobediência para os movimentos que representam os infratores.

Também ontem, quatro oficiais da Justiça Federal, escoltados por 36 agentes da Polícia Federal e patrulheiros rodoviários federais, notificaram quase 300 famílias que estão acampadas às margens da BR-163, dentro do município de Campo Grande. Hoje as notificações continuarão sendo entregues, para outros acampados.

Entretanto, os líderes dos sem-terra acampados na BR-163 tomaram conhecimento de que a decisão do magistrado é específica para trechos diferenciados da BR-163 e bloquearam a estrada no Km 311, que está fora de exigência judicial. O bloqueio começou às 15h50 e, segundo a Polícia Rodoviária Federal, uma hora depois os manifestantes desbloquearam a BR-163, no local situado em Rio Brillhante, região leste do Estado, a 150 quilômetros de Campo Grande. O congestionamento chegou a 5 quilômetros nas duas pistas.

Logo depois da liberação no Km 311, a mesma estrada foi bloqueada no Km 361, em Naviraí, a 350 quilômetros de Campo Grande, no extremo sul do Estado. Até a noite de ontem o bloqueio continuava nesse trecho e não havia previsão de quando seria liberado. No despacho do juiz está claro que as determinações são válidas apenas para o Km 419 da BR-163, próximo ao Distrito de Anhanduí em Campo Grande; o Km 310 da BR-262 também em Campo Grande e o Km 504 da BR-267 na região de Maracaju, a 170 quilômetros da capital, no sudeste de Mato Grosso do Sul.

Dirigentes do Movimento dos Sem-Terra (MST), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), da CUT-Rural e da Federação da Agricultura Familiar (FAF) afirmaram ontem, durante reunião feita para avaliação dos últimos bloqueios, que continuarão com as manifestações até que o senador Valter Pereira de Oliveira (PMDB) desista da indicação do professor universitário Flodoaldo Alves para substituir o atual superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) no Estado, Luiz Carlos Bonelli.

Márcio Bissoli, coordenador do MST, disse que foi grande o constrangimento sofrido pelas famílias notificadas pela Justiça Federal, ressaltando: “mas vai ficar muito caro se o superintendente atual do Incra for substituído”. Geraldo Teixeira de Almeida, presidente da Fetagri, afirmou que “a teimosia do senador Valter Pereira em querer o cargo para o seu protegido é a única culpada dessa situação”.

O coordenador da FAF, Paulo César de Faria, enfatizou que “até um número bastante significativo de assentados pelo Incra no Estado está colaborando nos bloqueios”. “Não é somente sem-terra, não. A situação pode ficar pior quando a massa de manifestantes resolver adotar formas mais expressivas de protestos. Isso pode acontecer, sem dúvida”, afirmou.

O senador Valter Pereira justifica a indicação de Flodoaldo reafirmando que Luiz Carlos Bonelli “implantou favelas rurais nos assentamentos”. O parlamentar voltou a dizer que “existem interesses inconfessáveis no Incra que mantêm Bonelli no cargo”.

Para o governador André Puccinelli (PMDB), Bonelli deve permanecer no posto, visando a evitar novos tumultos como os que estão acontecendo deste sexta-feira, quando os bloqueios de rodovias começaram.

Trabalho escravo: combate tem recorde em 2007 – O Globo – O País – 31/01/2008

Foram registradas 110 operações e 5.877 libertados

BRASÍLIA. O combate ao trabalho escravo registrou, em 2007, seus maiores números desde que o Grupo Móvel de Fiscalização, que atua na vistoria de fazendas, foi criado em 1995. No ano passado, foram realizadas 110 operações, 5.877 trabalhadores foram libertados e o valor de indenização paga por proprietários dos imóveis rurais flagrados em irregularidades chegou a R\$ 9,8 milhões. Esses três indicadores são recordes nesses treze anos, segundo dados do próprio Ministério do Trabalho.

Se comparado com os oito anos do governo Fernando Henrique (PSDB), os números favorecem os cinco anos de gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. De 1995 até 2007, os fiscais promoveram 621 operações. Desse total, 443 (71,3%) ocorreram nos últimos cinco anos (2003 a 2007). Desde a criação do Grupo Móvel, os auditores conseguiram libertar 27.645 pessoas que trabalhavam em condições análogas à de escravo, sendo que 21.754 (78,6%) no governo Lula. Esses percentuais sobem ainda mais quando se compara pagamento de indenizações aos trabalhadores. Dos R\$ 38,4 milhões pagos, R\$ 34,9 milhões (90,8%) se deram no atual governo. Quando o grupo foi criado, havia apenas uma equipe de auditores do Ministério do Trabalho.

Hoje, existem oito equipes compostas por fiscais, procuradores do Trabalho e delegados e agentes da Polícia Federal. Em 2004, foi criado o Cadastro de Empregadores flagrados explorando mão-de-obra escrava, conhecida como “lista suja”. Os proprietários rurais citados nessa relação ficam impedidos automaticamente de obter empréstimos em bancos oficiais.

Por que não anda a Reforma Agrária? – Phydia de Athayde e Rodrigo Martins – Sítio Eletrônico do MST – 31/01/2008

O sol castiga o oeste paulista. É forte, intenso, pouco atenuado pelo vento. Dos dois lados da rodovia Marechal Rondon, entre Araçatuba e Andradina, no lugar dos bois que antes davam o tom da paisagem, há extensos canaviais. Tudo parece uma massa uniforme. Num zigzague entre estradas vicinais, ora de asfalto, ora de terra batida, vez por outra uma placa indica: “Movimento Sem Terra a 500 metros”. Uma delas em Castilho (SP), quase divisa com o Mato Grosso do Sul, onde 170 famílias vivem às margens da estrada. Reivindicam a desapropriação da fazenda Pendengo, 4.343 hectares de pastagem alta e malcuidada, com uma pequena boiada.

Há quatro anos, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) considerou a terra improdutivo. O proprietário não concordou com a avaliação e entrou com recurso na Justiça. “Ele contratou uma auditoria para contestar o Incra, e até mesmo o perito particular mostrou que a fazenda não atinge os coeficientes mínimos de produtividade”, afirma Irineu Xavier de Toledo, da direção regional do MST. Há dois anos, proprietário e sem-terra aguardam um novo laudo.

A região do oeste paulista é simbólica por potencializar alguns entraves à reforma agrária no País. No caso, o conservadorismo do Judiciário somado ao excesso de recursos ajuizados pelos proprietários. Valdez Farias, procurador-geral do Incra, diz que o estado de São Paulo é especialmente problemático nesse ponto porque, diferentemente de outras áreas, todos os recursos possíveis são aplicados. Advogados do MST acompanham desapropriações em todo o território nacional e identificaram uma concentração de casos obstruídos no local. René Parren, diretor estadual do MST, diz que há 12 processos de desapropriação de grandes propriedades praticamente parados. Essas terras somam mais de 10 mil hectares (área da capital capixaba, Vitória) e poderiam abrigar 980 famílias.

A juíza Claudia Hilst Menezes Port, da 2ª Vara Federal de Araçatuba, região visitada pela reportagem, diz não haver conivência com os proprietários. “Tudo depende do caso concreto, mas o rito sumário é a regra”, afirma. A magistrada reconhece que há excesso de recursos na lei processual, mas não atribui má-fé aos que fazem uso deles. Sobre reforma agrária, pondera: “É uma questão tormentosa, com raízes históricas, e merece atenção”.

Outro artifício comum é o proprietário ajuizar uma “ação declaratória de produtividade”, que questiona o laudo do Incra mas, em tese, não deveria impedir a conclusão do processo. “Se o autor da ação tiver mais de 60 anos, haverá prioridade legal. Caso contrário, em razão de ser, algumas vezes, prejudicial em relação à desapropriação, é dado um tratamento mais célere no processamento”, diz a juíza.

As histórias do oeste paulista exemplificam as dificuldades do governo ao tentar desapropriar terras para a reforma agrária. Em 2007, o total desapropriado foi pífio: apenas 107 mil hectares, sem contar outros 166 mil hectares referentes a processos concluídos em dezembro. Ainda assim, muito aquém dos 555 mil de 2006, ou dos 977 mil de 2005.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, diz que o baixo número de desapropriações não reflete os esforços do governo. “Reforma agrária não é só assentamento. Não adianta assentar sem fornecer a infra-estrutura básica para que possam começar a produzir.” Cassel destaca as aquisições de terras para a reforma agrária. “Nunca gastamos tanto na compra de áreas para assentamentos (1,3 bilhão de reais). A meta é assentar 100 mil famílias por ano, com qualidade. Não existe milagre”, pontua.

De acordo com o ministro, uma das razões para tão poucas desapropriações é a defasagem dos índices de produtividade (usados pelo Incra para determinar áreas improdutivas), baseados em dados de 1975. Cassel diz ser meta para 2008 reajustá-los: “É uma obrigação do governo”.

Além de incumbência descrita na Constituição e na lei agrária (8.629/93), a atualização é promessa antiga de Lula. Compromisso reafirmado mais de uma vez (como no fim da Marcha pela Reforma Agrária, em 2005), e nunca cumprido.

Um levantamento do Incra mostra que 445 imóveis em processo de desapropriação estavam sob óbice judicial no fim de 2007. Concentram-se nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste e somam 903 mil hectares, suficiente para assentar mais de 30 mil famílias. De acordo com Farias, do Incra, salvo raras exceções, os juízes não aplicam o rito sumário da desapropriação (como exige a lei). Em vez disso, dão todas as chances para o proprietário provar que a terra é produtiva. “O Judiciário atravanca a reforma agrária”, diz, e complementa: “Há um entendimento que sobrepõe o direito de propriedade a outros direitos constitucionais, como o de acesso à terra e à dignidade humana. Quem está sob a lona tem direitos constitucionais sonegados”.

Ainda no campo jurídico, há a dificuldade na retomada de terras públicas. Estima-se que existam 170 milhões de hectares de área pública grilada no País, problema mais severo na Região Norte, mas também presente em estados como Mato Grosso. Um exemplo é a Usina Pantanal de Açúcar e Álcool, que ocupa 8,2 mil hectares da União. O empresário Mounir Naoum, dono de um grupo hoteleiro, reivindica a propriedade. Desde 2003, o Incra tenta retomar a área. Em dezembro, o Tribunal Regional Federal (TRF) de Brasília cassou a liminar que dava posse à União. Próximo à área, 220 famílias esperam assentamento.

Em Itapura (SP), perto da divisa com Mato Grosso do Sul, cem famílias aguardam a desapropriação da fazenda Lagoão, 1.776 hectares de pastagens declaradas improdutivas pelo Incra. O governo liberou a verba para a indenização (8,6 milhões de reais), mas o dono ajuizou seis recursos e uma ação declaratória de produtividade. O processo se arrasta. Enquanto não há desfecho, os ocupantes se viram como podem. Dermival Birolli, de 62 anos, montou uma horta. “O sonho de ter minha terrinha persiste, mas não dá para aguardar a Justiça a vida toda.”

No entender de Elmano de Freitas, advogado do MST, o Judiciário não deveria acatar as “ações declaratórias de produtividade”. “O artigo 18 da Lei Complementar nº 76, de 1993, não deixa dúvidas de que a ação de desapropriação deve ter preferência ante qualquer outra. Não é absurdo o fazendeiro tentar alegar produtividade, absurdo é o Judiciário acatar.”

Todas as batalhas judiciais que questionam produtividade de terras em processo de desapropriação utilizam os índices de produtividade vigentes como argumento. Ou seja, aqueles determinados com base em dados de 1975. Se, assim, os processos travam, é fácil imaginar o rebuliço que uma atualização causaria nos tribunais.

Paulo Caralo, diretor de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), dá uma dimensão de como os problemas estão ligados. “Mais de 30% dos processos de desapropriação param por causa de recursos que levam em conta o índice de produtividade. São mais de 120 grandes fazendas improdutivas, que poderiam abrigar metade das mais de 200 mil famílias que esperam assentamento”, afirma. “Se ainda utilizamos um índice de 30 anos atrás, é porque nenhum gestor fez as atualizações que a lei obriga.”

Ninguém discorda que a produção agropecuária de hoje é superior àquela observada em 1975. Daí a se chegar num acordo para rever os números há um abismo. No histórico de tentativas fracassadas, a mais representativa aconteceu em 2005. O então ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, propôs novos números e dependia do aval do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Não houve acordo. Entra ministro, sai ministro, tudo fica como está. E a realidade do campo não pára de mudar.

“Nos últimos 20 anos, a produtividade agrícola brasileira cresceu em média 3,5% ao ano”, anuncia o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e arremata: “O Brasil tem a melhor tecnologia do mundo para a agricultura tropical”. Ele também elogia as melhoras genéticas na pecuária, embora diga que, em 20 anos, a relação boi/hectare não mudou muito. “Exceção para o estado de São Paulo, que tinha 1 boi por hectare há dez anos e, hoje, tem 1,5 boi por hectare. Este é, inclusive, o modelo que queremos para o Brasil”, diz.

Com tanta pujança, por que o temor à atualização dos índices? “Tecnicamente, isso pode e deve ser discutido. A dificuldade está no campo político. Os produtores, por exemplo, propõem que o novo índice seja a metade daquele observado nos assentamentos. É uma discussão muito política”, tateia Stephanes, e pede que se evite polêmica. “A discussão deve ser técnica. Hoje, o pequeno, o médio e o grande produtor têm de ser eficientes. Não existe mais aquela poesia de 40 anos atrás”, diz.

CartaCapital teve acesso a alguns números da mais atual proposta de revisão dos índices de produtividade, que permanece engavetada. No que se refere à cana-de-açúcar, a mudança causaria alterações expressivas apenas em Alagoas (ao passar o índice de 50 toneladas por hectare para 60). No caso da soja, a alteração aconteceria em Mato Grosso e, no caso do milho, em Goiás (mapas abaixo). Os números propostos são um meio-termo entre os de 1975 e os observados no mercado. É uma tentativa de atender a movimentos sociais e, ao mesmo tempo, minimizar a chiadeira dos produtores.

Mesmo assim, não será nada fácil. “Não existe mais terra improdutiva próxima aos grandes centros consumidores ou à infra-estrutura de distribuição”, diz Leôncio Brito, presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Ele credita o aumento da eficiência dos produtores a investimentos em fertilizantes, biotecnologia, transporte e armazenagem, e diz que a atualização dos índices não leva em conta os impactos para o agronegócio. “Os defensores dessa medida querem é relativizar o direito de propriedade. Em nenhum outro setor da economia há metas mínimas. Ninguém diz isso a um industrial”, esbraveja.

O engenheiro agrônomo André Pessoa, diretor da Agroconsult, diz que os índices propostos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) estão “fora da realidade”. O consultor destaca que, ao estabelecer as médias de produtividade por estado, ou mesmo microrregiões, o governo corre o risco de punir injustamente os fazendeiros. “Uma grande empresa agrícola, com capital aberto, costuma ocupar as melhores faixas de terra e pode elevar a média de produtividade de toda uma região. Os vizinhos não têm a mesma capacidade de investimento, mas nem por isso são improdutivos”, diz, e sugere: “O governo poderia aprimorar o seu cadastro de informações com dados da Receita Federal, do sistema financeiro e de censos, para avaliar melhor quem realmente não está produzindo”.

Dados preliminares do Censo de 2006 (do IBGE) indicam que há 76,7 milhões de hectares de áreas de lavouras e 172 milhões de hectares de pastagens no Brasil. Especialistas dizem que a maior parte das terras improdutivas é de pastagens.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira, professor de geografia agrária da USP, denuncia a existência de uma “caixa-preta” com informações sobre a verdadeira produção agropecuária do País: “O Incra sabe exatamente quais as propriedades improdutivas. Essa informação está no sistema do cadastro do órgão, que é feito a partir da declaração dos proprietários, mas isso ninguém divulga”. O estudioso atribui a omissão desses dados à suposta corrupção: “É triste falar, mas é a verdade”.

Oliveira é um dos participantes da elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária, em 2003, a pedido do então candidato Lula. E tem uma explicação para o fracasso: “O governo não faz reforma agrária porque não quer. Mas parece que Lula acendeu uma vela para Deus e outra para o diabo, por isso não faz nada”.

O geógrafo também contesta dados da reforma agrária apresentados pelo governo. “O Incra divulga como assentados a relação de beneficiários da reforma agrária, que inclui os reassentados, os de área indígena ou de quilombos e os que passaram por regularização fundiária. Esse total não reflete a realidade. De fato, como reforma agrária, até 2006 o governo Lula assentou apenas 150 mil famílias”, diz.

João Pedro Stedile, principal liderança do MST, também critica os números oficiais. “Quem está no governo sempre tem estatísticas e argumentos para se justificar. Mas infelizmente a realidade do campo é bem diferente”, afirma. “Temos mais de 150 mil famílias acampadas debaixo de lonas. Das assentadas, apenas 10% tiveram acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Temos mais de 40 projetos no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) esperando recursos. E a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que tinha o melhor programa de compra antecipada, teve as atividades praticamente paralisadas em 2007”, enumera Stedile.

O líder do MST tenta chamar a atenção para o que acredita ser o debate mais importante, e negligenciado, sobre o campo: “Está prevalecendo a proposta do agronegócio, que enriquece alguns e traz pobreza e desigualdade para a maioria. Nós defendemos um modelo baseado na pequena e média unidade produtiva, que use mão-de-obra intensiva, métodos agroecológicos e priorize alimentos para o mercado interno”.

Enquanto isso, os acampados em volta da fazenda São Bento, em Andradina (SP), aguardam. “Antes, os jagunços tocavam a gente daqui. Agora, os fazendeiros estão vencendo na Justiça. São quase cinco anos de espera”, desabafa Paulo Gonzaga Marcelino, de 40 anos. Ele trabalha na roça a 25 reais por dia, mas a oferta de emprego, temporário e sem carteira assinada, está escassa. “Quando sabem que sou sem-terra, o pessoal desconfia.”

Marcelino foi um dos primeiros a acampar na beira da estrada José Rodrigues Celestino, uma das vicinais esburacadas da Marechal Rondon. Bem ao lado da fazenda, considerada improdutiva em 2002. O governo levantou recursos para indenização (5,4 milhões de reais), mas o proprietário quer provar que as terras são produtivas. Em 2007, arrendou 770 hectares a uma usina de álcool, que plantou cana-de-açúcar. O processo parou.

A sem-terra Andréia Ferreira da Silva, de 25 anos, olha com descrença para o canavial. “Se estava difícil conseguir um pedacinho de terra, imagina agora que plantaram cana a perder de vista”, resmunga, com o pequeno Igor, de 2 anos, no colo. Ela vive com o marido e quatro filhos sob a lona.

Se o governo não tem feito sequer o básico em prol da reforma agrária, é difícil imaginar que um dia vá questionar o modelo agrícola adotado no País. Enquanto isso, debaixo das lonas, faz calor. Muito calor.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

